

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Erondina Ipólito de Sousa

*Formação de Blocos de
Municípios: Atuação da
AMVAP no Triângulo
Mineiro e Alto Paranaíba*

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	1349 <i>J. Gomes</i>
Data	16/07/2001

Monografia de conclusão de Curso de História apresentada à Universidade Federal de Uberlândia em 04 de julho/2.001, para obtenção do título de Bacharel em História. Orientadora do projeto: Prof^ª. Dr^ª. HELOÍSA HELENÁ PACHECO CARDOSO.

*Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - 2.001.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1.575

CONTROLE DE FREQUÊNCIA RECEBIDA
16/07/2001

S.9
C

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Heloisa Helena Pacheco Cardoso

Prof. Dr. Hermetes Reis Araújo

Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida

Agradecimentos

A professora Cristina por suas orientações iniciais que me ajudaram na estruturação do meu primeiro esboço monográfico;

Aos Srs. Carlos Roberto Valim dos Reis e Maria Martins Pedrosa de Sousa, pelo apoio, informações, incentivo e esclarecimentos necessários para a elaboração deste trabalho;

Aos Srs. Paulo Valim dos Reis e Rosângela Célia Lopes, por ceder informações que foram de extrema importância para conclusão deste trabalho;

A minha mãe Tereza, pelo incentivo aos estudos durante toda minha vida e pelas lições de amor que levarei sempre comigo;

A meu pai Waldemar, que me criou no caminho da honestidade e respeito, incentivando-me nos estudos quando estava descrente na vida escolar;

A todos os meus irmãos e cunhados e, carinhosamente, a meus sobrinhos Joselaine e Bruno;

Ao meu noivo Ulisses, que muito colaborou durante todo o período de elaboração deste trabalho, incentivando-me e mantendo-me na busca de melhorias;

A todos os meus professores que, durante toda minha vida escolar me incentivaram e ensinaram a valorizar o ensino;

A todos os professores da Faculdade de História, que, com sua atenção, observações e críticas me possibilitaram uma melhor formação cultural;

A todos os meus colegas do Curso de História, que de alguma forma me ajudaram a dividir alegrias e angústias;

Ao amigo João Batista, profissional competente que muito me auxiliou durante o curso e, principalmente, durante a elaboração deste trabalho;

A todos que de alguma maneira contribuiu e incentivou para a elaboração desta monografia;

Especialmente a professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, meu profundo reconhecimento por sua sábia orientação, apoio e amizade que permitiram a realização deste trabalho, como pessoa extraordinária por sua ilimitada energia e entusiasmo.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao saudoso amigo Marcelo, pela ajuda sempre presente enquanto estivemos juntos no Curso de História e pelos incentivos iniciais e sugestões à elaboração desta monografia.

Sumário

Introdução:	→	06
Capítulo 1:	→	19
Capítulo 2:	→	27
Capítulo 3:	→	41
Considerações Finais:	→	51
Bibliografia:	→	55
Fontes:	→	57
Anexos:	→	58

Introdução

Introdução

Durante minha vida universitária pensei em vários temas que pudessem ser tratados em meu trabalho monográfico. Como a historiografia contemporânea vem se abrindo para uma série de questões e temas, como a chamada “história local”, percebi que poderia me envolver com algum tema de minha região. Como trabalho em uma Associação de Municípios, esse fato me despertou para a pesquisa da entidade: seus objetivos, suas ações, seus projetos. A partir de leituras de jornais da entidade, artigos sobre o associativismo, notei que o papel de órgãos associativistas/cooperativistas tem se tornado evidente.

Nesse sentido, meu intuito foi fazer uma pesquisa abrangente sobre a atuação da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba – AMVAP(Ver anexo I), junto aos municípios associados, mostrando os efeitos do associativismo, principalmente para as cidades menores. A documentação pesquisada compõe-se de: atas, relatórios, jornais, publicações diversas sobre as ações da AMVAP em nossa região. O fato de ser ali o meu local de trabalho facilitou o acompanhamento e o desenrolar de suas políticas e a efetivação de alguns de seus projetos básicos, o que me possibilitou definir, com clareza, os objetivos dessa pesquisa: relacionar as ações desenvolvidas durante os 21 anos de existência dessa instituição, comparando-as com os discursos e metas de atuação elaborados.

Outro fator que me encaminhou para essa pesquisa foi a facilidade de acesso à documentação que possuo, possibilitando uma ampla investigação nos arquivos existentes. Esta facilidade contribuiu em muito para a pesquisa, além de que, acredito, ser este um tema de grande relevância para se entender o associativismo como integração nos municípios mineiros, entre eles Uberlândia. As ações da Associação, segundo seu estatuto, voltam-se sempre para a busca do fortalecimento do Associativismo entre os Municípios e sua integração com o Estado e a União.

Por fim, o objetivo central deste trabalho é levantar as questões principais por que passam os municípios e suas maiores dificuldades em ações isoladas. Pretendo mostrar as atividades desenvolvidas pela AMVAP, sua luta constante pela união de seus

filiados, procurando mantê-los sempre integrados às ações da Associação, num trabalho permanente. Essa luta encontra obstáculos, porque a integração nem sempre é entendida da mesma forma por todos os filiados, como também os seus efeitos nem sempre são vistos como positivos.

Além de ser um trabalho importante pela temática, na medida em que se propõe a resgatar o discurso entendido como fundamental para se manter os municípios em sua microrregião e a analisar as propostas apresentadas e as ações implementadas, este é um trabalho de monografia que se faz necessário para que eu possa obter o meu certificado de conclusão de curso, uma exigência curricular do curso de História, da Universidade Federal de Uberlândia.

A justificativa para criação da AMVAP foi a necessidade, por parte dos municípios, de se criar uma associação que abrangesse a região em um só espírito, o de revolucionar o seu potencial desenvolvimentista. Entre os seus objetivos encontramos a busca do desenvolvimento sócio-econômico, evitando as disparidades regionais, valorizando a troca de experiências, buscando o intercâmbio governamental, estreitando as diretrizes de trabalho e, acima de tudo, aumentando a sua representatividade. Valoriza-se a importância da parceria com os governos Estadual e Federal como fator de credibilidade e de sensibilização dos Governos locais e a participação do Estado e da União no planejamento global das microrregiões. Mas a iniciativa não foi somente dos municípios. Como constatamos na palavra de Reis,

“As associações microrregionais do Estado de Minas Gerais foram criadas muito mais por uma iniciativa do governo do Estado do que propriamente uma iniciativa dos próprios municípios na região. Isso em decorrência de algumas associações que já tinham sido criadas no Sul do país. Em 1974 foi criada a primeira associação microrregional em Minas Gerais. A nossa região foi contemplada com a Associação a partir de 1982. Como foi iniciado esse processo, foi realmente uma iniciativa muito maior do Estado do que da região. O Estado finalizou para os municípios alguns programas

que pudessem ajudar aos municípios, como a patrulha motomecanizada, o escritório de engenharia...”.¹

O pedido formal para criação da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba foi feito em 11 de novembro de 1.978, em ofício assinado pelos prefeitos de Araguari, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia, e encaminhado à Superintendência de Articulação dos Municípios – SUPAM, órgão responsável para dar suporte às negociações e intermediações para criação das associações no Estado. A AMVAP foi legalmente criada em 1.980, em reunião ocorrida no salão nobre do Hotel Universo, em Uberlândia, conforme consta de sua primeira ata². As dificuldades encontradas na ocasião estão, de certa forma, ainda presentes. Como nos assegura o Secretário Executivo da AMVAP:

“As dificuldades são, algumas, que nós ainda convivemos com elas, de ordem natural, é um processo cultural, é exatamente a população, é a classe política entender o papel do associativismo e a questão do desenvolvimento regional. Não basta apenas o entendimento do prefeito, a participação do prefeito sob o ponto de vista da prestação de serviços ao seu município. Mas é importante, também, que o prefeito, ao participar da Associação, ele tenha, também, um raciocínio voltado à questão do desenvolvimento regional. Então, havia uma grande dificuldade que nós encontramos no início. Hoje, eu acredito que nós estamos quase superando esta fase, como eu disse, é um processo cultural”.³

A Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba-AMVAP, é uma entidade civil de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visa, de acordo com seu Estatuto, a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, regendo-se pelo Estatuto Registrado no Livro nº A-4, fls 63, nº de ordem 1.760,

¹ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

² Ata da reunião para criação da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba. In: **Livro de Atas da AMVAP**, 04/jul/80, p. 1.

³ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

em 01 de dezembro de 1981, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, complementado pelo seu Regimento Interno. A Associação é composta pelos seguintes municípios: Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Prata, Romaria, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia. A localização da sede (única) foi escolhida, por unanimidade entre os Prefeitos, em Uberlândia, por sua localização geográfica (Ver anexo II).

Os recursos financeiros são oriundos de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que é uma verba repassada aos municípios pela União, referente à arrecadação de imposto de renda. Os repasses são feitos três vezes ao mês, ao final de cada dezena e os valores são automaticamente creditados em conta da AMVAP através das leis autorizativas assinadas pelos Prefeitos, com as quais o chefe do Poder Executivo municipal autoriza a agência bancária a reter a verba em favor da Associação.

Dedicada desde a sua fundação a representar os municípios associados, busca auxiliar nos mais diferentes aspectos da administração pública, promovendo reuniões, palestras, cursos e assessoramento nas áreas de saúde, educação, obras, contábil, financeira, jurídica, primando sempre pela busca de parcerias e soluções viáveis a custos baixos.

Para analisar a atuação da AMVAP é necessário inseri-la na conjuntura social, política e econômica do Estado e dos municípios como um todo, buscando entender as relações de (in)dependência e de apoio que se estabelecem entre os municípios nos anos 80. A proposta associativista se insere em uma conjuntura mais ampla, marcada pelas disparidades sociais do capitalismo nacional, pelas políticas de exclusão social e pela resposta do Estado, dada, quase sempre, através de medidas assistencialistas.

Ao longo deste trabalho pretendo detalhar como a AMVAP se insere em um contexto mais amplo, seu papel desenvolvimentista e associativista e sua interação com o Estado, suas ações integradas, no sentido de ter no Estado o parceiro para a manutenção das relações sociais. A importância da parceria entre governos locais e governo estadual no

planejamento global das microrregiões, as necessidades e vantagens para o município se vincular a uma associação e o aumento da sua representatividade são aspectos que abordaremos durante este trabalho.

Ao analisarmos o Brasil nas últimas décadas, deparamo-nos com várias crises econômicas desde os anos setenta. Com a crise do petróleo e o aumento da dívida externa, a economia nacional entra em recessão, provocando o desemprego. Crescem os números de pedintes e do crime organizado, assim como a distribuição de drogas. A onda da “globalização” emerge nos anos 80 como panacéia para todos os males. Decorrente dela, a idéia de “associação” surge como o caminho para se enfrentar os problemas em parceria. Teoricamente, a associação se comporia de parceiros iguais, com peso igual no processo de tomada de decisões, visando a busca do desenvolvimento econômico e social de todos os parceiros. As experiências concretas, como o Nafta, a nível internacional, ou as associações nacionais, como as das microrregiões, têm mostrado outra realidade. Os Estados brasileiros buscam se adequar à situação nacional, definindo políticas internas mais autônomas, já que a nacional encontra-se desacreditada e inoperante.

Na década de 60, o Brasil foi marcado por mudanças na política, na economia, na sociedade, conseqüências da atuação dos militares no poder federal. O Brasil estava em fase de expansão industrial, mas também de muito desemprego dos trabalhadores não qualificados para a indústria brasileira. Os desdobramentos das políticas desde os anos 60 são conhecidos: apesar do crescimento visível na economia, o crescente arrocho salarial, uma espécie de confisco do salário e o discurso de ser o sistema corporativo uma forma construtiva de coesão social se refletem até hoje, pois as medidas são tomadas pelo governo federal em nome do fortalecimento da moeda nacional e do desenvolvimento, mas os sacrifícios são feitos apenas pelas camadas mais pobres da nossa sociedade, subordinando o trabalhador ainda mais à disciplina do trabalho. Ao se referir à pobreza, DUPAS afirma:

“As linhas de pobreza que têm sido traçadas incluem, obviamente, mais do que simplesmente alimentos. Envolvem moradia, saneamento, educação e

eventualmente até bens que algumas sociedades podem considerar supérfluos: idas ao teatro ou a restaurantes, viagens, entre outros".⁴

Em todo país, a falta de assistência e política social reflete a pobreza do país. Apesar de a população não ter sido alvo de políticas assistencialistas diretas em resposta ao crescimento econômico rápido e à mobilidade social, o Estado tratou de estimular e garantir o crescimento econômico, distribuindo incentivos, créditos subsidiados, investimentos maciços em obras públicas urbanas. Voltemos, entretanto, um pouco antes:

"Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1.950 e 1.979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna".⁵

Era este o pensamento geral do brasileiro nos anos de 45 a 64. No período pós-guerra, passamos por um processo de industrialização muito acelerado, com instalação de equipamentos tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte, aumentando muito as migrações internas e a urbanização. Apesar de a década de 80 ser considerada como a "década perdida", com superinflação, estagnação da economia, violência, desemprego, os anos de 50 a 70 foram de grandes conquistas para o avanço da industrialização. Uma economia moderna foi construída e saltos considerados gigantescos foram verificados na indústria petroquímica, farmacêutica, vestuário, automobilístico, eletrodomésticos, telecomunicação, indústria alimentícia, e muitos outros.

Antes desse processo de avanço tecnológico, a maioria da população estava concentrada na zona rural, onde era explorada pelos grandes proprietários de terras. Mas visando melhorias de vida e trabalho, transferiram-se então para as cidades. O campo expulsava e repelia. A cidade atraía. No campo não havia como vislumbrar melhorias de vida.

⁴ DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.999, p. 25.

⁵ NOVAIS, Fernando e MELLO, João Manuel Cardoso de. "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna". In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1.998, p. 560.

Na cidade, a promessa de empregos e de novidades. Enfim, a miséria rural foi exportada para as cidades. Entre 1.960 e 1.980 foram aproximadamente 31 milhões de pessoas que buscavam nos centros urbanos as respostas para seus problemas.⁶

Cidades médias, de industrialização acelerada e urbanização rápida criaram novas oportunidades de trabalho. A indústria, comércio, transporte, comunicação, construção civil, sistema educacional, atraíam os trabalhadores que procuravam se fixar nas cidades. A realidade, porém era outra: sem qualificação, os migrantes ficaram à margem da sociedade urbana, que os via como pedintes, miseráveis, desordeiros, ladrões. Como afirma NOVAIS,

*“O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais ‘econômicos’. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale”.*⁷

Nos momentos de crise e desemprego, os apelos ao Estado para que se defina políticas de enfrentamento da situação se tornam mais inflamados. Não são raros os discursos políticos que cobram do Estado soluções que viabilizem o desenvolvimento nacional com diminuição da exclusão social, parecendo desconhecer que, na globalização econômica do fim do século, este Estado encontra-se limitado na sua capacidade de enfrentar os efeitos da crise geral do capitalismo. O que está em discussão, portanto, é o próprio poder estatal. Na obra de LÉBRUN⁸ verificamos várias discussões sobre o que é o poder. Para o autor,

*“...nenhuma organização política, pelo menos moderna, poderia funcionar sem haver dominação.”*⁹ Ou:

*“Soberania designa a condição política para conservação e funcionamento de uma economia de mercado.”*¹⁰ Ou ainda:

⁶ Idem, p. 568.

⁷ Ibidem, p. 581.

⁸ LÉBRUN, Gérard, **O Que é Poder**. São Paulo: Brasiliense, 12ª. ed., 1.992, p. 16.

⁹ Idem, p. 19.

¹⁰ Idem, Ibidem, p. 56.

“Um poder absoluto pode combinar-se com a proteção de interesses econômicos: isto não quer dizer que baste este único traço para determinar a sua essência”.¹¹

Todas estas afirmativas nos levam a refletir sobre o papel do Estado no capitalismo contemporâneo e a entender a sua necessidade de estar no controle das políticas públicas.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1.988, temos, na década de 90, uma reformulação do conceito de democracia. Mas não podemos tratar de democracia sem falarmos de poder. Em reflexão às afirmativas de LÉBRUN, percebemos que o poder do Estado é o que lhe é outorgado, ou seja, o próprio Estado define o que é poder. Mas *“o Estado faz mais do que substituir a economia de mercado onde ela desfalece. Já não visa apenas manter o sistema de mercado, ou ‘sequer’ a corrigir as suas disfunções: deve manter o ‘consenso social’, sem o qual o sistema não poderia mais funcionar”*.¹²

Com a finalidade de manter o poder e preservar sua presença, mas também de descentralizar suas funções, o Estado iniciou uma política de promoção do desenvolvimento assistencial e regional. Na estrutura do Governo de Minas Gerais foram criadas facções de auxílio aos municípios tendo em vista o seu desenvolvimento, mas ainda sob sua tutela. Uma delas foi a SUPAM - Superintendência de Articulação com os Municípios que atualmente denomina-se SEAM - Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Através destas aberturas pelo Estado, iniciou-se a criação das associações microrregionais de municípios em toda Minas Gerais, tendo como objetivo o desenvolvimento regional e o fortalecimento dos municípios.

Assim chegamos à criação da AMVAP. Através de amplas e intensas discussões, alguns prefeitos da região decidiram criar uma associação de municípios, que tivesse como objetivos a assistência e o desenvolvimento ordenado na microrregião, com sede em Uberlândia. Mas por que Uberlândia?

¹¹ Idem, Ibidem, p. 63.

¹² Idem, Ibidem, p. 66.

Para entendermos o crescimento da região do Triângulo Mineiro, onde se localiza a cidade de Uberlândia, vejamos estas passagens:

*"...desde a década de 40 o Triângulo Mineiro tem sido alvo de interessantes projetos dos governos federais que influenciaram o desenvolvimento regional e também sua projeção no cenário nacional."*¹³ Ou:

*"Como resultado desses investimentos, a região do Triângulo Mineiro tem-se caracterizado por um complexo modelo econômico integrado."*¹⁴

Este acelerado crescimento acarretou, porém, conseqüências já conhecidas em todo Brasil, como movimentos grevistas, organizações de sindicatos, marginalização social, desemprego, subemprego, mendicância, prostituição, que indicavam que o progresso era usufruído de forma desigual pelos cidadãos.

Entre os que estavam preparados para o trabalho – e o tinham – e os desempregados, a diferença era a fome e a miséria. Por isso o surgimento de favelas e mendigos, pois a cidade estava despreparada para o crescimento que surgia e não tinha como receber tantos migrantes. Com a expectativa de melhoria de vida a cidade recebeu centenas de famílias que vinham em busca de empregos e ela não estava preparada para receber tantas pessoas e, ao mesmo tempo, manter um crescimento/desenvolvimento ordenado.

A indústria foi a maior causa do aumento populacional, pois com a crise generalizada de 70, grande parte da população brasileira estava desempregada. Como uma coisa puxa outra, Uberlândia foi se firmando como cidade-pólo da região, com a chegada de várias empresas de importância no Estado, aumentando sua representatividade em Minas Gerais. Com uma localização geográfica favorável, além de ser um pólo comercial regional capaz de interligar o centro-oeste com o sudeste do país, nos anos 50 Uberlândia já era um

¹³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. In: **A Cidade em Debate**. São Paulo: Olho D'água, 1.999. p. 182.

¹⁴ Idem, p. 183.

lugar catalizador da maior produção de mercadorias da região, sendo este o impulso que a colocou no circuito do mercado nacional.

Nos anos 60, o sonho de industrializar-se trouxe o progresso econômico, mas junto com ele a marginalização social, as migrações, as favelas e outros problemas sociais. Mas foi nos anos 80 que se presenciou um crescimento muito grande da cidade: significativo aumento da capacidade de armazenamento de grãos, mais de 1.000 empresas comerciais e industriais em destaque. O setor da avicultura e a industrialização da carne bovina fazem de Uberlândia um complexo agroindustrial integrado, que torna a região independente no processo da industrialização. Contraste percebido nas margens e mesmo no centro da cidade: de acordo com o censo de 1.980, verifica-se que mais de 40% da população de Uberlândia sobrevivia na miséria.¹⁵

Uberlândia acompanhou o ritmo das transformações urbanísticas ocorridas no país entre as décadas de 50 a 80, mas demonstrando posição de destaque nos cenários mineiro e nacional. Com a construção de Brasília, por exemplo, se transformou em ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o centro-oeste do país.

Até o ano de 1982, a cidade de Uberlândia foi governada por prefeitos, cujas ações políticas sempre estiveram voltadas para projetar a cidade no cenário estadual e nacional, objetivando vender a idéia de uma cidade moderna, bonita, empreendedora e progressista. Investimentos federais passam a ser canalizados para Uberlândia, como prova de viabilização da integração nacional. Com a transferência da Souza Cruz, Daiwa, Pepsi-Cola e outras grandes indústrias tornou-se ainda maior destaque no cenário nacional.

O assentamento do Distrito Industrial em 65, a criação do 36º. BIMTZ em 1.968 e a criação da Universidade de Uberlândia em 1.969, foram, sem dúvida, conquistas essenciais para o crescimento de Uberlândia. Mas, se em seu bojo mostrava um rápido crescimento, ele contrastava com a miséria de grande parte da população.

¹⁵ Fonte: IBGE/Censo de 1.980.

Em suma, o contexto da cidade de Uberlândia na década de 70 era este: crescimento desordenado, onde a economia e a indústria cresciam de maneira disforme em relação à política social e assistencial. E, na vizinhança, cidades menores, de menores recursos estaduais e municipais, sentiam o crescimento e desenvolvimento de Uberlândia e este, por sua vez, não atingia os municípios menores. Da busca pelo desenvolvimento integrado e pela organização, surgiu a necessidade de uma associação, onde eles tivessem maior representatividade e maior poder de barganha com os governos estadual e federal. A partir dessa necessidade, e com a abertura pelo Estado de criação de associações de municípios, surgiu a possibilidade para os prefeitos de se associarem e criarem a AMVAP.

A partir dessa recuperação histórica da AMVAP, é possível destacar duas funções fundamentais da própria instituição: 1 – a preocupação com o desenvolvimento, entendido como industrialização, como incremento da produção industrial e agropecuária e como institucionalização do planejamento enquanto processo contínuo e permanente para a promoção desse desenvolvimento e 2 – a proposta de promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar das populações rurais e urbanas da Microrregião.

Os objetivos específicos desse projeto voltam-se para estas questões. Recuperar, inicialmente, o discurso de suas lideranças sobre a importância deste desenvolvimento, em consonância com a política estadual e federal, contrapondo-a com as ações concretas levadas a efeito pela AMVAP. Analisar o sentido da política assistencial, levada a efeito principalmente pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde e pelos programas para a agricultura, e sua relação com a proposta de melhoria de vida dos habitantes da microrregião.

No primeiro capítulo relaciono a AMVAP ao associativismo municipal, suas ações desde a elaboração da Constituinte até a sanção da Lei Complementar nº. 101/2.000 (a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal) e, principalmente, suas ações em defesa do municipalismo. Esse capítulo está apoiado em jornais publicados pela entidade.

No segundo capítulo procurei trabalhar as questões da AMVAP: a estrutura da Associação, os colaboradores, os projetos propostos, os projetos efetivados. Através da

leitura de suas atas e jornais percebi alguns projetos que não deram certo ou não foram efetivados de fato ao lado de outros que atuaram em prol do desenvolvimento da região do Vale do Paranaíba.

Dentre os principais projetos praticados nos últimos anos, percebi a grande relevância regional de alguns que pretendo destacar no terceiro capítulo: os projetos das áreas de saúde e da agricultura. Dedicarei uma especial atenção a estes itens, analisando a dimensão desses projetos para a região, destacando todos os aspectos de sua aplicação e os esperados resultados.

Selecionamos uma bibliografia ampla e diversa, proporcionando uma melhor compreensão sobre o associativismo, além das fontes escritas e orais. Espero que este trabalho possa servir para a pesquisa de outros alunos que se interessarem pelo tema.

Capítulo 1

1. A AMVAP e o associativismo municipal: ações em defesa do municipalismo

Tendo já exposto o meu interesse pelo tema desse trabalho, resta-me, portanto, dar prosseguimento ao mesmo. Com o tema já definido, passei a dedicar-me aos assuntos relacionados ao cooperativismo/associativismo. Em texto do SEBRAE,

“Associativismo ou Ação Associativa é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de pessoas ou empresas para superar dificuldades e gerar benefícios comuns nos setores econômico, social e político, sem finalidade lucrativa, com personalidade jurídica própria, caracterizando-se por: reunir duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas para a realização de objetivos comuns; ter seu patrimônio construído pela contribuição dos associados, doações, subvenções, etc; ter seus fins alterados pelos associados, em Assembléia Geral; seus associados deliberarem livremente em Assembléia Geral tendo, cada associado, direito a um voto; serem entidades de direito privado e não público.”¹⁶

Essas associações

“São entidades constituídas de pessoas físicas, em alguns casos também de pessoas jurídicas, dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados e cristalizadas no seu Estatuto, aprovado em Assembléia Geral.”¹⁷

Relacionado neste trabalho com associativismo, descobrimos que o termo municipalismo é utilizado desde o Segundo Reinado. De acordo com a Revista Brasileira de Ciências Sociais, “o municipalismo tem precedência histórica, emergindo com a crítica que importantes pensadores e publicistas liberais fizeram à centralização política. Durante o

¹⁶ Fonte: www.df.sebrae.gov.br.

¹⁷ Idem.

Império é que nasce a bandeira municipalista.” Nesse artigo MELO¹⁸ autor explora as origens e o desenvolvimento do municipalismo e sua relação com a modernização do Estado no Brasil, cujas palavras nos serviram, de certo modo, de base para analisar o discurso municipalista e a sua prática.

Em Minas Gerais, o associativismo iniciou-se na primeira metade da década de 70, em resposta à diretriz estabelecida pela União ao criar, no âmbito federal, em 1.972, a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM, visando a estruturação de mecanismos de articulação intergovernamental dentro do modelo político/econômico vigente na época. A partir dessa perspectiva e após todas as mudanças de ordens diversas verificadas em todos os níveis, a partir de 1.974 foram criadas várias Associações Microrregionais de Municípios.

O associativismo municipal em Minas foi, durante as décadas de 70 e 80, bastante tutelado pelo Estado que, mediante convênios assinados com a SAREM, repassava recursos financeiros às Associações para que estas pudessem adquirir equipamentos e prestar serviços aos municípios. Assim foram adquiridas patrulhas motomecanizadas, equipamentos para serviços de topografia e projetos de engenharia.

Na segunda metade da década de 80, com redução dos recursos provenientes da SAREM, e, posteriormente, o corte dos mesmos, as Associações passaram a contar apenas com o apoio financeiro de algum recurso do Estado e com a contribuição mensal dos municípios associados, dificultando a execução das atividades até então realizadas, bem como a sua expansão. Nesse período, na visão de seus idealizadores, já estava criada, no Estado, uma mentalidade favorável ao associativismo municipal, como forma de cooperação mútua e articulação entre os níveis de governo, cuja prática, com maior ou menor êxito nas diferentes Associações, configurava um quadro promissor ao associativismo municipal, como estratégia para o fortalecimento dos municípios em Minas Gerais e a melhoria da qualidade das relações intergovernamentais em favor do desenvolvimento.

¹⁸ MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *Nation-Building* e a Modernização do Estado no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n°. 23, out/93. p. 86.

O Estado de Minas Gerais, com 853 municípios e diferenças regionais acentuadas em termos de potencial de desenvolvimento econômico, distribuição demográfica, recursos naturais, clima, base territorial dos municípios entre outras, exigia uma visão regionalizada na definição e implementação das políticas públicas, buscando maximizar investimentos e resultados, com vistas a um amplo processo de desenvolvimento econômico e social.

O Associativismo Municipal é visto, pelos seus participantes, como o grande aliado estratégico desta proposta de regionalização das ações de governo, promovendo um canal efetivo de articulação intergovernamental e de interiorização do desenvolvimento. Esta ação estratégica gera as condições necessárias para a definição e priorização de políticas e investimentos públicos, a partir de ações integradas de planejamento microrregional/regional, consolidando o papel do governo municipal como parceiro efetivo do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas. Com este mesmo objetivo (interiorização do desenvolvimento), as Associações Microrregionais de Municípios são parceiras estratégicas para um trabalho conjunto com os diferentes segmentos representativos da iniciativa privada e da sociedade como um todo, em projetos de desenvolvimento.

É neste contexto que está inserida a AMVAP: como entidade voltada para o desenvolvimento integrado regional, que busca o fortalecimento da região e não do município isolado. Ao contrário do que se pode pensar, não foi fácil analisar a relação entre AMVAP e associativismo, apesar de possuir material em abundância para pesquisa. Esse associativismo manifesta-se em ações assistencialistas, que fornecem ajuda administrativa ou suporte técnico para que os municípios possam enfrentar seus problemas, inclusive sociais. Mesmo sendo esta a premissa da entidade – o assistencialismo – suas ações foram tantas que torna-se difícil enumerá-las. Darei, então, destaque para as mais amplas que, de modo geral, dão respaldo para nosso trabalho.

A inauguração de seu auditório, com 140 lugares, construído para receber prefeitos, servidores e convidados em Assembléias, palestras e cursos visando o treinamento

e/ou a reciclagem de funcionários municipais é uma prova da certeza de crescimento que a entidade possuía desde a sua criação.¹⁹

Desde os primeiros anos de suas atividades, a Associação vem se destacando entre as microrregionais. Em outubro de 1987²⁰, a entidade visitou o Rio Grande do Sul para demonstrar os seus trabalhos. O convite partiu do presidente da Associação local – FAMURS, que já considerava a AMVAP destaque nacional e modelo entre as suas. E não parou por aí. Na busca de informações que pudessem melhor auxiliar seus associados, a AMVAP participou de Encontro em Belo Horizonte sobre Prestação de Contas, um tema que sempre preocupa as administrações municipais.²¹ Desde a sua fundação, a entidade tem se dedicado a atender seus filiados de maneira que o desenvolvimento interno do município seja equivalente ao desenvolvimento da região, de maneira ordenada. Em uma de suas atas, as palavras do então Diretor da SUPAM sobre *“a importância das Associações Microrregionais, que vêm dando suporte, principalmente aos pequenos municípios, buscando fontes de recursos junto ao governo para o desenvolvimento microrregional”*²², denotam esse espírito associativo.

Analisando a atuação da AMVAP, na qual ocupa a função de Secretário Executivo, Reis afirma:

“Na sequência da vida da AMVAP diversos projetos foram discutidos, diversos projetos foram analisados e nem todos, evidentemente, conseguiram se levar adiante. Mas, em termos de atuação, a AMVAP tem se destacado muito, principalmente no cenário estadual, em relação aos projetos que ela desenvolve. E também a AMVAP tem um certo grau de conhecimento com relação até ao restante do país com algumas associações que ela mantém relacionamento. A AMVAP, na realidade, pela sua atuação, ela é uma instituição hoje muito respeitada principalmente, como eu disse, em Minas Gerais. Agora, tudo, na realidade, no dia-a-dia da Associação, o que eu gostaria de enfatizar é a questão da transformação cultural, que não

¹⁹ *Jornal da AMVAP*, Ano 01, nº. 03, dez/87, p. 03.

²⁰ *Jornal da AMVAP*, Ano 01, nº. 01, out/87, p. 01.

²¹ *Jornal da AMVAP*, Ano 01, nº. 04, jan/88, p. 07.

²² Ata da 55ª. Assembléia da AMVAP, *Livro de Atas nº. 03*, nov/88, p. 137v.

acontece de um momento para outro. É um processo, e, sendo um processo, portanto é demorado, mas todas as atividades associativas da associação, ao longo desses anos todos, na realidade elas estão trazendo uma maturação muito grande para a Associação microrregional como entidade representativa dos municípios. Então, na realidade, não só os anos 90, mas acho difícil distinguir uma era, mas acredito que na vida da associação toda, o que nós temos verificado é que os municípios, durante esses anos todos e, a cada dia mais, tem procurado mais a Associação. E o que é importante não em grau de dependência, mas em grau em que se vê na realidade a importância da Associação como instituição, tanto prestadora de serviços como instituição fomentadora de determinadas atividades.”²³

Incluída neste espírito de associativismo, a AMVAP mostrou-se presente em questões diversas. Em um dos jornais publicados pela Associação, identificamos um pedido do presidente da entidade ao então governador do Estado, onde pede maior atenção para as políticas regionais, na estruturação de projetos, na elaboração de planos de desenvolvimento, no diagnóstico das necessidades de cada região, enfim, *“um documento no qual sugerimos que a Secretaria de Estado do Planejamento enriqueça as Associações Microrregionais de Municípios no que tange aos recursos humanos, financeiros e materiais para realizar ações setoriais para que as Associações, em contrapartida, possam colaborar com o planejamento para alcançar o desenvolvimento integrado de uma região e por esta via o desenvolvimento do Estado.”*²⁴

Em uma de suas ações em defesa do municipalismo, a AMVAP se colocou contrária à reforma tributária nos moldes da proposta pelo Governo Federal. No 7º. Congresso Brasileiro de Integração Municipal, em Maceió, prefeitos de todo Brasil manifestaram seu descontentamento com a política federal, que visava tirar ainda mais recursos dos municípios. Esta foi uma das discussões que permearam as reuniões da entidade em 1.995, onde se discutia sobre a autonomia municipal. O então presidente da Associação, Roberto Ricardo de Souza, declarou que *“alguma coisa precisa ser feita para mostrar a nossa posição contrária a*

²³ Depoimento de Carlos Roberto Valim dos Reis, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

²⁴ Jornal da AMVAP, maio/95, p. 02.

*esse projeto de Reforma Tributária. A nossa Assembléia definiu por uma concentração de prefeitos em Brasília, ainda este mês, onde vamos pleitear uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com os seus articuladores políticos e, depois, marcarmos presença no Congresso para exigirmos dos deputados uma defesa coerente em defesa do municipalismo.”*²⁵

Como eu disse, é difícil enumerar as ações da AMVAP em prol de seus filiados. De acordo com seu estatuto, a Associação busca o fortalecimento da microrregião de forma ordenada, sem privilégio a nenhum de seus partícipes. Novamente de acordo com as palavras de Reis,

*“além daquilo que a AMVAP sempre fez que é o cotidiano, a prestação de serviços, a AMVAP tem procurado ampliar um pouquinho mais a sua atuação, mesmo nessa área de prestação de serviços. A AMVAP hoje faz um trabalho de inspeção das contas das prefeituras, evidentemente é um trabalho auxiliar aos prefeitos, tentando minimizar as questões junto ao Tribunal de Contas, possíveis erros junto ao Tribunal de Contas. A AMVAP se especializou de forma significativa na área de engenharia no momento que ela modernizou hoje nós temos informatizada esta área, a AMVAP tem equipamentos de linha nesta área de engenharia, tipo estação total, os próprios computadores, rede de computadores, o CAD, o software que usa na parte da engenharia, quero dizer, então tudo isso são projetos que foram desenvolvidos pra dentro da AMVAP, mas pra AMVAP também estar melhorando o seu atendimento aos municípios.”*²⁶

Sobre a AMVAP e sua atuação na região, temos a palavra de seu presidente, que defende:

“A AMVAP se orgulha de se encontrar cumprindo suas finalidades estatutárias e de estar realizando suas atividades de tal modo a merecer

²⁵ Roberto Ricardo de Souza, Presidente da AMVAP. In: **Jornal da AMVAP**, Ano 01, n.º. 02, set/95, p. 02.

²⁶ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

credibilidade e ser um suporte para todos os seus municípios associados.”²⁷

Apesar de reconhecer a importância da Associação como entidade que promove o desenvolvimento integrado da região, é imprescindível para ela que as populações dos municípios a ela filiados estejam alertas para a sua importância. É para isto é indispensável despertar na mentalidade das pessoas a importância do associativismo como fator de desenvolvimento regional. Como disse Reis é “*um processo cultural.*” Resta, então, de outra forma, questionar se a Associação representa bem o município ou não, se a atuação da entidade afeta o cotidiano do cidadão. É esta a abertura que queremos deixar para um próximo trabalho: descobrir o real papel da AMVAP para o município e sua população. Mas este não é nosso propósito.

²⁷ Públio Chaves, Presidente da AMVAP e Prefeito de Ituiutaba, In: **Jornal da AMVAP**, Ano 05, nº. 01, ago/99, p. 01.

Capítulo 2

2. A microrregião do Vale do Paranaíba e a AMVAP: a associação, seus objetivos, seus projetos

A AMVAP está inserida na Microrregião do Vale do Paranaíba e, tendo sempre em vista o desenvolvimento coordenado em sua área de abrangência, tem uma meta: destacar o espírito do associativismo, que faz jus ao nome da entidade, mantendo os municípios unidos no pensamento desenvolvimentista da microrregião. Esta união visa, em última instância, a melhoria do bem-estar das populações urbanas e rurais de todos os municípios associados.

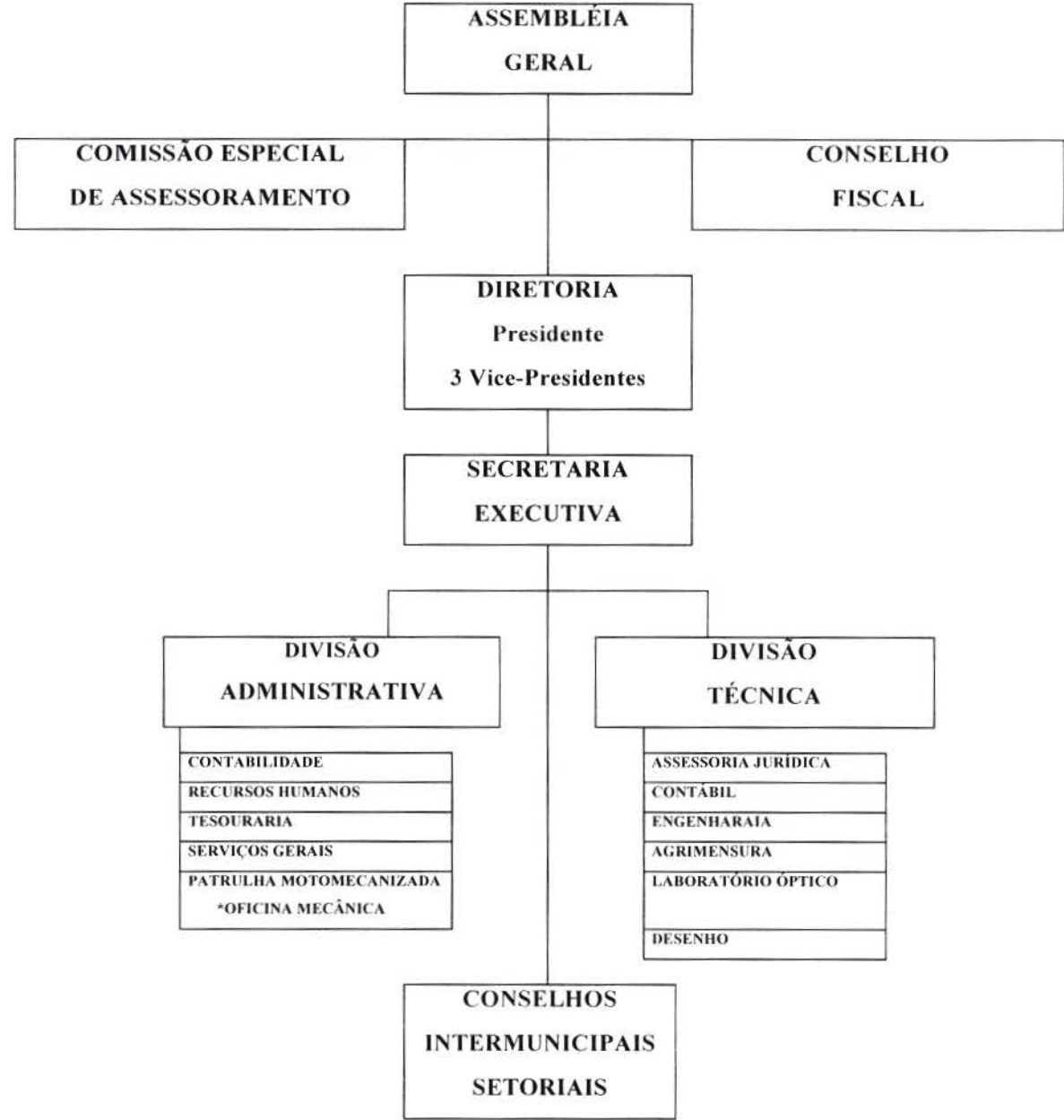
Nessa perspectiva, visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, e respeitada a autonomia municipal, a Associação tem por finalidade ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira dos municípios, prestando-lhes assistência, devendo estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos municípios associados, através do planejamento institucional e apoiar os municípios na execução dos seus trabalhos de reorganização administrativa. Além desta, o Estatuto da AMVAP enumera outras finalidades: estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais; estudar, propor e executar medidas visando o incremento das atividades da produção agropecuária e industrial; prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infra-estrutura, institucionais, notadamente educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio e turismo, abastecimento, transportes, comunicações, eletrificação, energia e segurança; incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na microrregião; promover iniciativas para elevar as condições de bem estar nas populações urbanas e rurais da microrregião.²⁸

²⁸ Estatuto da AMVAP, Cartório de Registros de Títulos e Documentos, livro A-4, folha 63, nº. de ordem 1.760, 1.997, p. 2.

A AMVAP preocupa-se com a continuidade administrativa nos municípios participantes, sobrepondo-se à temporariedade dos mandatos executivos, prestando assessoramento na elaboração e execução de seus planos. Para isto, as ações se voltam também para a área administrativa: estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos Municípios associados; assessorar e cooperar com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento das administrações municipais; defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da Microrregião; promover, nos municípios associados, a adoção de estímulos econômicos para industrialização da microrregião, com o aproveitamento de seus recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponíveis; elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais, compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando a institucionalizar a continuidade.

Para promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental, busca defender a institucionalização do planejamento, nos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente para a promoção do desenvolvimento. A elaboração e implantação de programas de desenvolvimento devem ser efetuados em consonância com a política estadual e federal.

A seguir apresentamos o organograma geral da AMVAP, com destaque para cada segmento de sua administração:



A Assembléia Geral é constituída pelos Prefeitos dos municípios associados e, na sua impossibilidade, pelos seus respectivos Vice-Prefeitos. É órgão soberano em suas decisões, cabendo a ela deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos municípios associados ou da microrregião, além de homologar o programa de trabalho proposto pela

Diretoria. É da competência da Assembléia Geral, dentre outras coisas: deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação; estabelecer a orientação superior da Associação, recomendando o estudo de soluções para os problemas administrativos, econômicos e sociais da Microrregião; deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos municípios associados ou da microrregião; estabelecer o quadro de pessoal técnico e administrativo da Associação.

A AMVAP é administrada pela Diretoria que é composta de um Presidente, um 1º. Vice-Presidente, um 2º. Vice-Presidente e um 3º. Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros da Associação. Os membros da Diretoria não têm direito a remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções. Cabe à Diretoria, ambos eleitos entre os prefeitos da microrregião, cumprir ou fazer cumprir as decisões deliberadas pela Assembléia.

O Conselho Fiscal é composto de seis membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria. Ao Conselho Fiscal compete examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas do Presidente da Associação, a ser submetida à homologação da Assembléia Geral.

São atribuições do Presidente da Associação, dentre outras, representar judicial e administrativamente a Associação; encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações da Associação; convidar representantes dos órgãos públicos ou privados e profissionais liberais para participarem dos grupos de trabalho, constituídos pela Presidência; firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas; encaminhar as resoluções da Assembléia Geral para estudo e pronunciamento da Secretaria Executiva; gerir o patrimônio da Associação; prestar contas à Assembléia Geral, no fim de cada ano, através de balanço e de relatório de sua gestão administrativa e financeira, com o parecer do Conselho Fiscal. Pode, ainda, delegar aos Vice-Presidentes ou ao Secretário Executivo a competência para que cumpram ou façam cumprir as atribuições referidas acima.

À Secretaria Executiva compete propor ao Presidente a estruturação dos serviços técnicos e administrativos presentes na estrutura da Associação; estabelecer

intercâmbio de natureza técnica entre a Associação e entidades públicas e privadas; propor ao Presidente a constituição de grupos de trabalho com objetivos específicos e duração temporária; promover a arrecadação de recursos financeiros; elaborar e divulgar o relatório mensal de atividades da Associação; exercer outras atividades que forem delegadas pelo Presidente. A Secretaria Executiva tem a seguinte estrutura: Divisão Administrativa e Divisão Técnica. Para a execução de seus trabalhos a Associação conta com um corpo técnico eficiente, que auxilia os municípios em suas ações, conjunta e isoladamente.

A Divisão Administrativa tem as funções de dar assistência técnica nas áreas administrativa, jurídica e contábil dos municípios associados, bem como prestar assistência técnica aos ex-prefeitos até que sejam aprovadas as suas contas; promover estudos para a modernização das estruturas administrativas das Prefeituras; fortalecer as finanças públicas municipais através de adoção de medidas necessárias ao aumento da receita de cada município; promover, quando solicitados pelo Executivo, o cadastramento imobiliário com a implantação da reforma tributária adequada para cada município; elaborar estudos, programas e projetos necessários ao desenvolvimento da microrregião; elaborar projetos de viabilidade econômico-financeira para os municípios, dentre outras.

À Divisão Técnica cabe elaborar projetos técnicos e de engenharia para os municípios associados; promover estudos técnicos necessários a execução de projetos ligados ao saneamento básico; efetuar estudos de engenharia e topografia necessários a execução de projetos para implantação e melhoria das estradas municipais; prestar assistência mecânica aos equipamentos da Patrulha Motonecanizada da AMVAP e dos municípios associados, e outras.

Esta estrutura interna da entidade conta com profissionais técnicos nas diversas áreas de atuação. Coordenada pela Secretaria Executiva, a divisão administrativa (contabilidade, recursos humanos, tesouraria, serviços gerais, patrulha mecanizada e oficina mecânica) e técnica (assessoria jurídica, contábil, engenharia, agrimensura, laboratório óptico e desenho) desempenham suas funções na sede da Associação e, sempre que necessário, no município.

A divisão administrativa da AMVAP atende aos municípios nas suas mais diversas solicitações, desde orientações técnicas aos departamentos de contabilidade, pessoal, tesouraria, planejamento, concurso público, avaliação de procedimentos administrativos (gastos com pessoal, aplicação em educação, custo de transporte, planta de valores), licitação, contratos, recadastramento imobiliário, plano de cargos e salários, grupos de estudo que buscam o aprimoramento das ações, avaliação etc. Compondo esta divisão, a Oficina Mecânica conta com um profissional que dá assistência e manutenção nos equipamentos cedidos através de convênio pela AMVAP aos municípios (patrol, trator de esteiras, retroescavadeira), em serviços de melhoramento de ruas, estradas, redes de água e esgoto, etc.

Quanto à divisão técnica, a assessoria jurídica atende as mais diversas consultas, como elaboração de pareceres, processos licitatórios, consultas públicas, elaboração de projetos de leis, decretos, regimentos, estatutos, apresentação de projetos aos governos estadual e federal, além de representar a AMVAP e os municípios em proposituras e acompanhamento de ações junto à justiça e vários órgãos estaduais e federais.

O departamento de engenharia e agrimensura da AMVAP conta com 4 profissionais qualificados, prestando serviços de levantamento planialtimétrico, locação de terrenos, elaboração e desenhos de projetos, elaboração de mapas das cidades, confecção de mapas rodoviários municipais, enfim, todos os serviços pertinentes à área, desde o levantamento topográfico até a execução completa das obras. O laboratório ótico é responsável pela montagem de óculos para crianças carentes, através de convênio entre o município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

De um modo geral, é possível perceber através das leituras de atas e jornais da Associação que a AMVAP tem assumido uma posição de defensora dos municípios. Projetos ligados à saúde, à terra, ao desenvolvimento social do município, o apoio aos prefeitos, tudo isso reflete nas conquistas obtidas. Através de suas atas, vimos que suas ações sempre foram além do município como membro isolado, mas tendo em vista o desenvolvimento da região. Nossa pesquisa está nos livros de atas da entidade a partir de 1.985, onde, entendemos, sua solidificação se tornou eminente.

A partir de meados da década de 80 notamos um crescimento em atendimento e em estrutura física. Apoiada por seus colaboradores, prestou aos municípios todos os tipos de assessoria possível desde administrativa até prestação de contas públicas. Esteve envolvida em importantes projetos de engenharia, agrimensura, saúde, educação, sempre dando suporte às administrações dos seus municípios. Seja, reivindicando recursos aos governos estadual e federal para construção/pavimentação de rodovias, seja presente na Constituinte mostrando seus preceitos e suas reivindicações, importantes para a microrregião, como a proposta de institucionalização das organizações associativas, numa tentativa de valorização das associações microrregionais de municípios, tendo tido esta proposta uma boa aceitação por parte do Deputado Luiz Alberto Rodrigues.²⁹ Na Constituinte pediu também empenho quanto à reforma administrativa e a arrecadação e distribuição tributária no país.

Um bom relacionamento traz bons frutos: este é um dos princípios que, segundo seus participantes, apóiam as ações da Associação. Baseado nele, a AMVAP sempre esteve presente em questões diversas, de ordem municipal, estadual e federal. Mostrou-se evidente sua preocupação com aspectos gerais do país, criticando e propondo ações para suas resoluções. Em uma de suas Assembléias³⁰, por exemplo, encontramos discussões de questões nacionais que, tendo uma deliberação favorável, foram repassadas aos órgãos pertinentes. É o caso do pedido ao governador de Minas, feito em 1995, (Ver anexo III), para adoção de medidas administrativas que resultassem na redução do ICMS cobrado pelo Estado, o que garantiria a manutenção das indústrias existentes em Minas Gerais e a vinda de novas para a região, o que geraria mais empregos, mais consumo, mais desenvolvimento. O documento entregue ao governador Eduardo Azeredo pede que o governador

“estude a adoção de medidas para impedir que os projetos de plantas industriais já definidos para a região sejam transferidos para outros Estados por causa da ‘guerra fiscal.’”³¹

Um assunto importante e de grande interesse foi a sanção da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Bastante repugnada pela maioria dos agentes políticos, a Lei foi

²⁹ **Jornal da AMVAP**, ano 01, n.º. 00, set/87, p. 01.

³⁰ Ata da 52ª. Assembléia Geral da AMVAP. **Livro de Atas n.º. 03**, abr/88, p. 30.

aprovada e sancionada pelo Presidente da República, causando *frisson* na classe política brasileira. Uma lei que visava exigir política com responsabilidade não foi bem-vinda para a maioria dos políticos, que, a partir de então, tiveram que se enquadrar nos moldes de sua aplicação. Para elucidar as dúvidas e orientar quanto à aplicação geral da Lei foram promovidos diversos cursos e palestras, onde o assunto pôde ser bastante discutido. Os cursos lotaram o auditório da AMVAP (Ver anexo IV), pois serviram de alerta aos agentes dos poderes Executivo e Legislativo, bem como aos seus servidores, sobre as irregularidades existentes nas administrações. A AMVAP deu, assim, suporte no sentido de analisar todos os processos dos setores administrativos, apontando as irregularidades e orientando nas suas correções. A aprovação desta Lei, sem emendas, no entanto, foi bastante criticada, sendo considerada como uma

“agressão violenta e injusta contra os municípios. Principalmente quando os nossos tribunais, inclusive alguns conselheiros do Tribunal de Contas de Minas Gerais, já se pronunciaram contrários a esta lei, arbitrária, que não é prática e acima de tudo inconstitucional.” ³²

Uma outra ação foi o questionamento, em 1.988, junto às autoridades mineiras, sobre a manutenção do salário-educação, bastante discutido na elaboração da Carta Magna brasileira.³³ Os municípios reivindicaram a sua permanência pela importância dos repasses das respectivas verbas que, no município, é destinada para construção e reforma de escolas.³⁴

Sempre envolvida com questões prioritárias nos seus municípios, criou os Conselhos Municipais Setoriais, tendo como objetivo a troca de experiência e a busca, conjunta, para soluções de problemas comuns entre os municípios. Enfim, torna-se difícil enumerar ou citar as ações da AMVAP porque várias delas voltam-se para o cotidiano municipal. No seu dia-a-dia, a Associação busca a solidificação de seus projetos através de pequenos e grandes feitos. Como disse Reis:

³¹ **Jornal da AMVAP**, ano 01, nº. 02, set/95, p. 7.

³² Públio Chaves, Prefeito de Ituiutaba. In: **Jornal da AMVAP**, ano 05, nº. 07, fev/00, p. 01.

³³ **Jornal da AMVAP**, ano 01, nº. 06, mar/88, p. 01 e Idem, ano 01, nº. 04, jan/88, p. 02.

³⁴ **Jornal da AMVAP**, Ano 01, nº. 06, mar/88, p. 01.

"o que nós temos verificado é que os municípios, durante esses anos todos e, a cada dia mais, tem procurado mais a Associação. E é o que é importante não em grau de dependência, mas em grau em que se vê na realidade a importância da Associação como instituição, tanto prestadora de serviços, como instituição fomentadora de determinadas atividades." 35

Os conselhos setoriais foram constituídos para promover o intercâmbio e a troca de experiências entre os Secretários Municipais. São feitas reuniões, palestras, cursos e treinamentos entre os servidores de cada área para que estejam em permanente reciclagem. O CIE/AMVAP - Conselho Intermunicipal da Educação, formado pelos Secretários Municipais da área, foi constituído para que seja possível obter discussões mais abrangentes sobre assuntos ligados à educação, troca de experiências, estudos dos planos de carreira, estatutos do magistério, municipalização do ensino, etc.

O CIAP/AMVAP – Conselho Intermunicipal de Agricultura e Pecuária é formado pelos respectivos Secretários Municipais. Discute assuntos ligados à agricultura e pecuária, visa a troca de experiências, além de buscar a conscientização dos produtores rurais para a criação de programas de renda extra, gerando um intercâmbio técnico-político na microrregião. O CIT/AMVAP - Conselho Intermunicipal do Turismo é também formado pelos Secretários Municipais ligados ao turismo e tem como objetivo fazer o levantamento dos atrativos turísticos de todos os municípios para uma posterior elaboração de um plano diretor turístico macrorregional.

Preocupada com relação a área social, a Associação implantou o programa de correção visual, conseguindo, através da cessão pela Prefeitura de Uberlândia uma máquina facetadora para que os óculos indicados às crianças carentes, através do programa de correção visual, pudessem ser montados na própria AMVAP, descentralizando os serviços a cargo das instâncias do Estado, feitos em Belo Horizonte. Como consequência, as crianças foram beneficiadas com muito mais rapidez, pois o atendimento que antes, durante todo o processo,

³⁵ Depoimento de Carlos Roberto Valim dos Reis, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

demorava até 120 dias passou para apenas 15 dias.³⁶ Este exemplo demonstra que a preocupação social da entidade volta-se para o assistencialismo, como forma de melhoria das condições de vida das populações pobres.

Com a carência no setor de saúde nos municípios, de uma maneira geral, e contando com a eficiência de uma profissional qualificada e especialista em Saúde Pública, a AMVAP conseguiu implantar dois consórcios de saúde: CIS/AMVAP e CIS/PONTAL. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Paranaíba – CIS/AMVAP, foi criado em 1.995, com vistas à organização do sistema microrregional de saúde, com implantação e desenvolvimento de ações e serviços preventivos e assistenciais de abrangência local. Entre suas principais ações estão a vigilância epidemiológica e sanitária, o saneamento, o atendimento básico em cada município, o estabelecimento de referências descentralizadas, o treinamento do pessoal, a busca de novos recursos financeiros, a política de medicamentos, o desenvolvimento de projetos de reforma e construção de unidades de saúde. Os municípios contribuiriam com 0,5% do FPM que seriam destinadas as atividades do Consórcio, pagamento de pessoal, etc.

Entre os municípios consorciados (Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Estrela do Sul, Grupiara, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia) houve alguns conflitos de interesses na aplicação de seus recursos. Assim, o CIS/AMVAP dividiu-se em dois em 1.998, sendo o segundo denominado CIS/PONTAL. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Pontal do Triângulo - CIS/PONTAL, constituído em agosto de 1.998, tem identidade própria e administração distinta. Os municípios contribuem com 1% da receita oriunda do FPM, cujos valores são investidos na área de saúde, prestando serviços, equipamentos, cursos e exames de especialidades médicas. Passou a ser composto pelos municípios de Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória, optou pela aquisição de aparelhos para realização de exames médicos, alocando-os no município de Ituiutaba como referência para os demais. Com estes equipamentos são atendidos pacientes dos demais municípios integrantes do Consórcio, cujos materiais e profissionais envolvidos no atendimento são contratados pelo Consórcio. Cada

³⁶ *Jornal da AMVAP*, Ano 1, nº. 02, nov/87, p. 01.

município pode utilizar-se de uma quota de exames por mês, distribuídos de acordo com a população de cada um. Atualmente são oferecidos exames de eletroencefalogramas, ultrassonografias, endoscopias, exames laboratoriais e outros diversos aparelhos, como computadores, estabilizadores de energia, etc.

Os municípios do CIS/AMVAP optaram por outras necessidades, como a aquisição de um consultório odontológico para Grupiara, um centro de Fisioterapia para Araporã, um aparelho de ultrassonografia para Monte Alegre de Minas, um aparelho de mamografia para Araguari e diversos outros. O aparelho para exames de mamografia é referência para aos demais municípios do Consórcio, cujas quotas mensais são distribuídas de acordo com a população de cada um. Ainda, parte de um hospital, o Hospital Regional de Ituiutaba, construída com recursos oriundos de convênio celebrado entre o CIS/AMVAP e a Secretaria de Estado da Saúde, foi inaugurada em setembro/2.000. Infelizmente, a obra não foi ainda concluída porque o Estado não repassou parte dos recursos, estando a obra paralisada. A cargo da Prefeitura de Ituiutaba ficou a incumbência de pleitear recursos para complementação da obra que, depois de concluída, poderá ser significativa para toda a região. É uma obra grande, com área de aproximadamente 2.000m².

O grau de importância destes consórcios para a região pode ser verificada em um de seus jornais, que relata:

*"o Consórcio Intermunicipal de Saúde atende à política de assistência à saúde pública recomendada pelo Governo de Minas Gerais e poderá canalizar recursos para a implantação de laboratórios e serviços médicos especializados em municípios estratégicos para melhorar o atendimento pelo Sistema Único de Saúde."*³⁷

A AMVAP ainda está envolvida em três projetos principais: primeiro, a manutenção dos serviços e assistências promovidas pelos Consórcios de Saúde aos municípios e a padronização e uso racional de medicamentos. Este último projeto consiste,

³⁷ **Jornal da AMVAP.** Ano 01, nº. 02, set/95, p. 4.

basicamente, em padronizar os medicamentos utilizados pelos municípios, fazendo compras em maior escala e, com isto, garantindo melhores preços. Dentro deste projeto estão incluídas as normas corretas de armazenamento dos medicamentos, acompanhamento do efeito dos medicamentos nos pacientes e, principalmente, a troca de medicamentos de um município com outro, evitando desperdícios. Inicialmente, apenas os municípios filiados ao CIS/PONTAL estão nesse projeto, já que os outros ainda não definiram pelo início.

O segundo projeto é o chamado AMVAP/RURAL, que tem a finalidade de manter o produtor rural no campo, auxiliando-o de modo que sua produção seja ecologicamente correta, num trabalho de parceria entre eles. O terceiro é o Banco da Terra, um projeto do Governo Federal que contribuirá com a volta e a fixação do homem no campo, constituição de novas fontes de renda, diversificação na agricultura, aumento na produção, geração de empregos. Dada a representatividade destes projetos poderão ser para a região, é a eles, especificamente, que me dedicarei no terceiro capítulo, com enfoque especial ao Banco da Terra, haja vista a sua efetivação prática. Em relação a eles, cito algumas passagens que retratam as carências nestes setores. Segundo a obra de LAIDLAW,

*“...seria difícil encontrar um lugar no mundo com serviço agrícola ou rural que não pertença a um movimento cooperativo... seria difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativo para encorajar e estimular a participação ativa das populações e a realização de um programa de desenvolvimento rural...”*³⁸

Ainda,

*“...em certas áreas de interesse, tais como alojamento e saúde, na medida em que o governo comprime seu orçamento, as pessoas tenderão a se agrupar cooperativamente, e, em certos casos, serão mesmo obrigadas a isso...”*³⁹

³⁸ LAIDLAW, A. F. *As Cooperativas no ano 2.000*. OCEMG, 2ª. edição: Belo Horizonte, 1.987, p.12.

³⁹ Idem, p. 42.

Com base nestas afirmativas e na documentação estudada, vamos, então, à próxima parte.

Capítulo 3

3. AMVAP: os projetos prioritários nos anos 90

O desemprego, a crise no setor de saúde, o aumento populacional são problemas sociais que se refletem em nossas cidades, sem que possamos, individualmente, fazer grande coisa para evitá-los. Mas, como diz o ditado, “a união faz a força”. E é nesse espírito de cooperação que a AMVAP se solidificou e buscou, através de sua história, desenvolver ações que possam minimizar esta problemática. Suas ações, nos anos 90, buscam a efetivação de projetos no setor de saúde e, ao mesmo tempo, desenvolver ações que propiciam ao trabalhador rural sua permanência ou mesmo a sua volta ao campo.

Estou, num primeiro momento, me referindo aos consórcios de saúde implantados e administrados pela AMVAP a partir de 1.995. Eles buscam a execução, em conjunto, de empreendimentos na área de saúde, visando planejamento, coordenação e execução de ações de promoção, proteção e recuperação, buscando dar aos municípios a estrutura necessária para que tenham o atendimento adequado.

Os objetivos dos consórcios, conforme seus estatutos, voltam-se à organização do sistema Microrregional de saúde dentro da área de jurisdição dos municípios consorciados, segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde, compreendendo: implantação e/ou desenvolvimento das ações e serviços preventivos e assistenciais de abrangência local; implantação e/ou desenvolvimento de serviços assistenciais; garantia de referência e contra-referência através da integração dos serviços assistenciais numa rede hierarquizada; etc. Dentre suas ações e/ou projetos estão a implantação do Centro de Cirurgias Oftalmológicas; análise epidemiológica da região; elaboração de projetos para obter financiamentos junto aos Governos Estadual e Federal, seja para compra de equipamentos como para reforma e/ou ampliação de unidades de saúde; criação de novos centros de referência, de acordo com a vocação do município e da vontade político-administrativa; compra de consultas médicas; compra de exames complementares; informatização dos serviços de saúde dos municípios consorciados; elaboração de projetos para obter financiamentos junto aos Governos Estadual e Federal, seja para compra de equipamentos como para reforma e/ou ampliação de unidades de saúde; cursos de Capacitação e Atualização, dentre outros.

O projeto que está sendo desenvolvido na região, que consideramos oportuno citar, é o projeto de uso racional de medicamentos e criação da Central de Negociação. O CIS/PONTAL está fazendo junto aos seus municípios um levantamento dos medicamentos mais utilizados nos municípios, a forma de armazenamento, o preço dos mesmos, onde são adquiridos, a participação do farmacêutico do município nessas aquisições, etc.

As preocupações com a área da saúde são freqüentes em nosso país. Assuntos como a mortalidade infantil e municipalização da saúde foram debatidos em assembleias da Associação, onde os Secretários da Saúde discutiram medidas a serem implementadas para sanar problemas comuns no âmbito dos municípios. Para tanto, contou na ocasião com a boa vontade da Universidade Federal de Uberlândia, que prometeu enviar esforços para efetivação das melhorias.⁴⁰

Ainda, desde o ano de 1.995 foram discutidas formas para viabilizar a construção de uma Centrofarma, um laboratório de manipulação para fabricação de remédios na sede da AMVAP. Como o assunto requer muitos estudos pela sua complexidade, as discussões foram sendo adiadas pelos prefeitos e secretários de saúde. Mas a partir destas discussões chegou ao projeto de Uso Racional de Medicamentos e Central de Negociação no ano de 2.001⁴¹. Este projeto, que em sua finalidade e forma ampla possui a denominação de Central de Negociação de Medicamentos, tem como objetivo a padronização dos medicamentos utilizados de forma que, após o levantamento das informações necessárias, o Consórcio possa contatar uma empresa especializada no ramo e adquirir os medicamentos de forma racionalizada a um preço mais baixo, pois adquirindo em grande quantidade o custo será menor e com entrega mais rápida. O Consórcio, então, será como um intermediário nesse processo, adquirindo as quantidades necessárias a cada município, orientando-os nas formas de armazenamento. Os pacientes, por sua vez, terão acompanhamento médico direto para verificar e atestar os efeitos dos medicamentos, já padronizados através do diagnóstico preliminar.

⁴⁰ Ata da 88ª. Assembleia Geral da AMVAP, Livro nº. 03 – dez/92, p. 111 e Ata da 89ª. Assembleia Geral da AMVAP, Livro nº. 03 – dez/92, p. 113.

⁴¹ Ata da 8ª. Assembleia do CIS/PONTAL, Livro nº. 01, fev/01, p. 17.

Além destas vantagens, os municípios poderão fazer entre si a troca de medicamentos, que às vezes não estarão sendo muito utilizados, evitando perdas por vencimento ou falta de condições de armazenamento, finalizando numa economia substancial na aquisição destes medicamentos. Inicialmente, apenas os municípios filiados ao CIS/PONTAL estão nesse projeto, já que os outros ainda não definiram pelo início. O projeto farmacêutico é composto por quatro etapas: 1- *Diagnóstico* – esta etapa compreende fazer um diagnóstico detalhado sobre como se encontra a Assistência farmacêutica no Município. Nesta etapa são feitas entrevistas com os Secretários Municipais de Saúde e sua equipe para avaliar a maneira que o município vem tratando esta questão, inclusive o modelo de credenciamento junto ao Programa de Assistência Farmacêutica, preconizado pelo Ministério da Saúde. 2- *Relatório de Diagnóstico* – será discutida junto com o Secretário Municipal de Saúde e sua equipe os problemas detectados durante o diagnóstico. 3- Baseado no diagnóstico será proposto um *Plano de Ação* a fim de melhorar os pontos fortes do município e reestruturar o Programa de Assistência Farmacêutica. Durante esta etapa todas as ações que serão sugeridas terão como foco principal atender às necessidades dos pacientes que necessitam de medicamento. 4- *Criação de uma Comissão de Padronização de Medicamentos* – esta Comissão deverá ser composta por um grupo de profissionais (médico, enfermeira, farmacêutico, comprador e assistente social), que será responsável em definir quais medicamentos, quanto e por quanto tempo, serão necessários para estar disponíveis no município. A principal função desta comissão é padronizar medicamentos com menor custo possível e que atenda a um maior número de pacientes. Esta comissão também terá como função acompanhar e avaliar os medicamentos que vão estar sendo usados no município (aderência do paciente ao tratamento, resultados obtidos após o tratamento, etc). Em suma, avaliar o custo X benefício da padronização, que será realizada por esta comissão com o acompanhamento de uma consultoria especializada em gestão de saúde.

O processo está em fase inicial, ainda na primeira etapa, na elaboração do diagnóstico e tem encontrado algumas informações alarmantes que confirmam a situação precária nos municípios, no setor de saúde. Em visita a um dos municípios, verificou-se a necessidade urgente de melhorias, pois um planejamento pautado nas suas reais necessidades possibilitará um uso racional dos recursos e poderá avaliar as ações de Assistência Farmacêutica. Para se ter uma idéia da falta de planejamento, um dos municípios visitados

(que chamaremos de A) no ano de 2.000 teve uma despesa com medicamentos no valor de R\$56.900,84, que corresponde a 8% dos gastos com a Saúde. Quanto ao exercício de 2.001, até maio a prefeitura já gastou com medicamentos o montante que gira em torno de R\$36.000,00. Da mesma foi encontrado o município B, que mostra uma grande preocupação quanto ao assunto medicamento, pois os números de gastos com medicamentos são alarmantes. No ano de 2.000 houve um gasto com medicamentos distribuídos à população no valor de R\$57.235,41, o que corresponde a 1,36% da arrecadação anual do município. Já nos quatro primeiros meses de 2.001, os gastos com medicamentos distribuídos à população estão girando em torno de R\$43.876,47, o que corresponde a 3,13% da arrecadação dos quatro meses no município. Os gastos com medicamentos este ano já giram em torno de três vezes o que foi gasto no ano passado.⁴²

Esta é a realidade encontrada nos municípios visitados. Vale ressaltar que este é um levantamento preliminar da situação no município e, a partir dela, serão colocadas em prática outras ações já definidas. Nas palavras da Consultora em Assistência Farmacêutica, *“...quanto à falta de planejamento, faz-se necessário termos uma padronização de medicamentos definida e o seu planejamento quantitativo anual para garantirmos recursos financeiros em dotação orçamentária para sua aquisição dos medicamentos”*.⁴³ Sobre este projeto, o Secretário da AMVAP está otimista:

*“...eu acho que representa muito também para o município que vai, sem dúvida alguma, ter um controle sobre a distribuição destes medicamentos, que é um item caríssimo para o município. Vai acontecer uma racionalização do uso desses medicamentos; evidentemente, uma economia substancial será verificada nisso aí.”*⁴⁴

Em relação aos projetos ligados à terra, a Associação está com dois projetos: o AMVAP/RURAL e o Banco da Terra. O AMVAP/RURAL é um projeto que consiste na metodologia da “fábrica verde”, ou seja, trabalhar com produtores rurais de forma organizada,

⁴² ROSA, Tomaides. In: **Diagnóstico de Assistência Farmacêutica**, jun/01. (mimeo).

⁴³ Idem.

⁴⁴ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

sistemática, ecologicamente correta e respeitando a vocação da terra, fazendo com que haja uma integração entre as culturas que podem ser desenvolvidas em cada fazenda, de forma que serão reutilizados, por exemplo, o estrume da vaca para adubar a terra, a cama de frango para tratar da vaca ou que seja parte da alimentação da vaca, reduzindo o custo na compra de uma ração, na compra de um suplemento alimentar. Da mesma forma os dejetos do porco podem ser utilizados também para alimentar frango, para alimentar peixe, ou seja, integrar todas estas culturas que serão desenvolvidas no meio de uma atividade rural, de uma unidade rural, fazendo com que estes produtores rurais tenham uma produção ecologicamente correta. O papel da AMVAP será, finalmente, contatar o mercado comprador para este tipo de produto, como o frango caipira, ovo, o suíno, uma carne de bovino, peixe, etc. Encontramos em um dos jornais da Associação o resumo do que representa este projeto:

“A ‘Fábrica Verde’, valendo-se de uma estrutura produtiva em cadeia, teria como principal objetivo a organização da agricultura em grupo, com o incremento de formação de agroindústrias familiares, que, dentre outras vantagens, propiciaria o incentivo ao cooperativismo, o estímulo à aplicação da cidadania, a democratização do poder local e, principalmente, a inclusão de todos os produtores.”⁴⁵

A Associação apresentou o programa em 20 dos seus filiados que manifestaram interesse (Ver anexo V), e contou com a presença de dezenas de produtores rurais, que mostraram-se interessados no projeto, tanto que foram inscritas 1.684 famílias interessadas em participar da organização do projeto. E em referência aos produtos que serão oferecidos ao mercado consumidor, a visão positiva de Valim dos Reis confirma:

“nós estamos procurando ocupar o nicho de mercado, dentro do que a gente conhece como ecologicamente correto, uma forma de atingir o mercado que está, cada vez mais, cultuando a sua forma física, uma melhor saúde e, com certeza, estes produtos, chegando ao mercado, terão um

⁴⁵ *Jornal da AMVAP*, Ano 06, n.º. 17, jan/01, p. 02.

diferencial de preço pelo fato de eles serem produzidos de forma correta".⁴⁶

O projeto, no entanto, ainda está em fase preliminar. Foram cadastradas 1.684 famílias de produtores que, muitas vezes, não produzem nem para subsistência e vivem em estado de miséria. Muitos dos casos são pessoas que não têm mais expectativas de melhorias e permanecem paralisados em suas terras, mas sem produção adequada. E é esta a expectativa do projeto: fazer com que estas pessoas trabalhem de forma sistemática, organizada, em forma de associação, de reaproveitamento, onde a ajuda dos produtores entre si será uma aliada de força para que tenham um rendimento melhor e de mais qualidade. Para o início da efetivação do processo, no entanto, a AMVAP está agendando uma reunião com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, com a finalidade de apresentar o projeto e angariar recursos do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar para que os produtores possam comprar a sua matriz, o seu levino, a sua semente, a sua muda e, então, começar o processo de produção. A importância da efetivação deste projeto para a região, segundo o Secretário Executivo da AMVAP, é bastante grande, dada a necessidade de apoio técnico-político aos produtores rurais:

"nós estamos no início do processo, mas ele vai dar um outro perfil, uma outra performance, na questão produtiva da região como um todo. Tentar trazer uma nova idéia, uma nova cultura, inclusive em relação a questão do associativismo. Nós estamos falando não só de associativismo em termos da associação entre Prefeituras, mas estamos falando também do associativismo entre produtores rurais, que é o enfoque do AMVAP/RURAL".⁴⁷

O Banco da Terra é um programa do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que visa auxiliar o trabalhador rural a comprar a sua terra e a construção de sua infraestrutura básica, como residência, captação de água, eletrificação rural, melhoria de cercas, acesso a terra daquela fazenda que ele conseguiu comprar. O programa

⁴⁶ Depoimento de **Paulo Valim dos Reis**, técnico da AMVAP. AMVAP, 22/maio/01.

⁴⁷ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

procura assentar trabalhadores assalariados, meeiros, arrendatários que não têm uma terra, de uma forma organizada, em associação, sendo no mínimo de 10 famílias e no máximo de 30 famílias. Essa Associação de trabalhadores rurais monta uma carta consulta com toda a documentação de todos os beneficiários e sócios desta associação. A EMATER é uma das parceiras nesta etapa, avaliando a terra, orientando sobre a sua vocação e dando um parecer sobre a terra a ser adquirida. Após aprovação da carta consulta, em última instância pela Unidade Técnica, a Associação elabora a proposta de financiamento. Nesta proposta devem constar os projetos que ela estará desenvolvendo e implantando na área a ser adquirida. Vale ressaltar que os projetos devem considerar uma produção continuada, de modo a não ficarem as famílias sujeitas às intempéries naturais, prejudicando a ordenação das produções. Como o Banco da Terra financia apenas a aquisição da terra e a obra de infraestrutura básica, há também recursos do PRONAF para que estas famílias associadas possam iniciar as suas atividades, como em termos de criações, cultura, de acordo com o que foi projetado na proposta de financiamento.

A Unidade Técnica do Banco da Terra, que é formada por Secretários Municipais da Agropecuária, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, técnicos da EMATER e da EMBRAPA, Sindicatos Rurais, INCRA e demais membros indicados pelos prefeitos, faz a análise final destas propostas de financiamento, depois de passar pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município. Uma vez aprovada a proposta de financiamento, é remetido ao Banco do Brasil, que é o órgão repassador deste recurso para o Banco da Terra, um ofício autorizando o repasse dos recursos aprovados para aquela Associação. O financiamento das propostas é feito em até 20 anos e o valor para cada família é de R\$20.000,00, sendo, portanto, que o valor liberado para cada proposta dependerá do número de famílias em cada associação.

Como já citamos, são projetos que visam uma produção continuada, de forma que as famílias não tenham que esperar suas produções. Ou seja, enquanto uma produção ainda não está em época de colheita, todas as famílias estarão se dedicando às outras atividades da Associação, de forma cooperada. Nesse sentido, vale também ressaltar a importância da assimilação de pensamento entre os partícipes da Associação para que não haja quebras nas rotinas de trabalho e de produção.

No Estado de Minas Gerais, o Banco da Terra foi implantado através das Associações Microrregionais, sendo que a AMVAP é a gestora em nossa região. É um programa que, além dos objetivos já citados, procura reimigrar os trabalhadores rurais que vieram para as cidades à procura de emprego, ou seja, as pessoas que têm experiência no meio rural, a idéia é fazer com que elas retornem para o meio rural, para que diminua, amenize o problema da criminalidade, da falta de emprego, do inchaço das cidades, que hoje em dia, não só as grandes cidades sofrem, mas também as pequenas cidades começam a sofrer com o deslocamento desse pessoal do campo para essa cidade.

O Banco da Terra já é uma realidade na microrregião: desde a assinatura do convênio entre a AMVAP e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 15 de setembro de 2000, segundo informações do técnico da AMVAP já foram aprovadas 9 propostas de financiamento, sendo 03 de Ituiutaba, 01 de Monte Alegre de Minas, 04 de Douradoquara e 01 de Uberlândia⁴⁸, beneficiando, no total, 133 famílias, sendo, ainda, que outras propostas estão em fase de elaboração. Para o Secretário Executivo da AMVAP, para os municípios esse projeto representa a

“redenção dos municípios, porque na realidade esses projetos vão trabalhar diretamente com agricultores, que é a base de sustentação, é a grande parte da população dos municípios. E isso, evidentemente, vai fazer com que haja uma transformação muito grande, tanto culturalmente, como em termos de produção, como em melhoria de renda, e, na realidade vai representar todos os aspectos, porque com a melhoria de renda vai ter mais consumo, o comércio melhora, a indústria melhora. E, uma vez que aumenta o consumo desses municípios com relação à questão da agricultura familiar, o consumo evidentemente será muito maior no próprio município do que fora. Nós estamos com desemprego, com dificuldades, temos a

⁴⁸ Em Uberlândia a beneficiária é a Associação Campo Brasil, composta por 46 famílias, já assentadas na área adquirida através do Banco da Terra.

mecanização da agricultura que dispensa trabalhadores, então eu acredito que, sem dúvida alguma, que é a redenção para o município".⁴⁹

Referindo-se também ao Banco da Terra, o técnico responsável pelos projetos da agropecuária confirma a expectativa:

"A expectativa que nós temos é que este projeto, associado ao AMVAP/RURAL, ele venha propiciar uma melhor renda familiar para aquele trabalhador meeiro, assalariado, arrendatário, como eu falei, de forma que ele tenha condições de sobreviver no campo. Com isto, nós vamos estar contribuindo para uma redução nos termos de saúde, em termos de assistência médica gratuita, coisas que agravam muito o setor de saúde em cada município, assim como também em todo o Estado".⁵⁰

Como parceiros nestes projetos agropecuários, a AMVAP conta com a EMATER, Sindicatos de Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Escola Agrotécnica, Embrapa e outras empresas privadas que trabalham nesse meio rural, propiciando um melhor aproveitamento dos recursos, agregando valor aos produtos, fazendo com que o produtor rural tenha suporte, condições e apoio para que se produza a contento. Os projetos aprovados pela Unidade Técnica do Banco da Terra são recentes, mas a participação da AMVAP nos projetos agropecuários não termina aí. Continuará dando suporte às associações, através de seus parceiros, no sentido de negociar, intermediar junto ao mercado consumidor a venda dos produtos advindos das associações, num trabalho permanente e continuado para que, quando as famílias começarem a produzir, já tenham mercados consumidores garantidos para seus produtos. Ou seja, além do apoio técnico, planejamento das produções, terão a garantia das comercializações de seus produtos.

⁴⁹ Depoimento de **Carlos Roberto Valim dos Reis**, Secretário Executivo da AMVAP. AMVAP, 25/maio/01.

⁵⁰ Depoimento de **Paulo Valim dos Reis**, Técnico da AMVAP. AMVAP, 22/maio/01.

Considerações Finais

A bibliografia utilizada neste trabalho foi abundante. Pesquisei e encontrei em diversas atas das Assembléias preocupações gerais com relação aos temas abordados no terceiro capítulo. Com relação aos projetos ligados à terra, percebemos que a falta de política de incentivos agrícolas fez muitos produtores rurais, falidos e sem apoio técnico-político, desistirem de suas propriedades e irem para as cidades, conforme aconteceu décadas atrás e já citamos no início deste trabalho. Este é um processo que requer muitos estudos e, principalmente, muita prática, pois o que se vê é gente desesperada que busca nas cidades as respostas para seus problemas. Em síntese, desenvolver este trabalho se mostrou difícil. Tentei desvincular ao máximo da idéia de ser funcionária da entidade, tentando trazer um pensamento mais crítico, mas algumas vezes me peguei repetindo o discurso da empresa. Já ouvi muitos comentários sobre a disciplinarização do trabalho que, na maioria das vezes, não é perceptível, mas senti que o discurso da empresa estava também sendo tratado neste trabalho. Aos poucos fui percebendo e tentei me distanciar ao máximo desta visão, pois acredito que este deve ser um trabalho de análise da atuação da entidade em relação aos seus municípios, e não cópia de seu estatuto.

Os fatos analisados em pesquisa denunciaram, de forma geral, que a Associação tem buscado uma linguagem comum entre seus partícipes. No entanto, como funcionária há quase dez anos, vejo que, se não houver um espírito de cooperação entre todos os envolvidos neste processo, não há como se chegar a uma conclusão favorável para a sua maioria. No meu entender, associação, de um modo geral, é isto: cooperação com espírito de integração. Esta é uma idéia que defendo de consciência própria, inclusive em família, que associação não é pensar a mesma coisa, mas sim, pensar juntos sobre uma determinada coisa ou fato, buscando soluções mais justas para todos, ou sua maioria. Algumas pessoas poderão dizer que este trabalho foi elaborado com uma única visão, a da instituição. De certa forma, concordo. Porém, quando me refiro ao conceito de associação, penso em coisas bem mais amplas. Lembro-me, por exemplo, das leituras que fiz tempos atrás sobre o MERCOSUL, cujos países-membro são diferentes em termos econômicos, sociais, políticos, mas se uniram

para fortalecer sua economia, seus mercados. O MERCOSUL segue uma nova tendência no mundo moderno, que é a união de várias nações em grupos ou blocos. É importante ressaltar que o objetivo do MERCOSUL não é isolar os países membros do resto do mundo e mudar somente o comércio, economia, mas sim, fortalecê-los para melhor competir com os outros países e blocos econômicos. O capitalismo está num estágio que pede a evolução do comércio, inclusive internacional. E esse processo seria impossível ocorrer dentro dos limites de um país ou de uma região pequena. Simplesmente não haveria dinheiro suficiente para tal. Somente com a associação de várias economias é viável, hoje, obter tecnologias mais avançadas por um preço mais reduzido. Neste caso, a cooperação viabiliza o processo de barateamento dos custos da produção de equipamentos cada vez mais modernos. Da mesma forma, a união de empresários vai resultar em produtos mais baratos e competitivos internacionalmente. Nessa corrida a única saída é aliar-se pelo aprimoramento de sua produção, pela conquista de novos mercados, incremento da economia, e, por fim, pela garantia de uma vida mais digna para seus povos. No entanto, é preciso reconhecer que o associativismo não se faz entre parceiros iguais. Em uma economia capitalista, a luta pelo mercado e a defesa dos interesses particulares das grandes empresas anulam qualquer proposta neste sentido.

Assim vemos as associações de municípios, resguardadas as devidas proporções. Porém, não é um processo fácil. Como poderemos constatar nas palavras do Secretário da AMVAP,

"o processo do Associativismo é também um processo cultural, de transformação de cultura, com relação a elaboração de projetos que envolvem mais de um município".⁵¹

Com esta afirmativa acredito que resumo bastante estas considerações finais. A associação entre municípios, como qualquer outra, vislumbra conquistas comuns, onde todos os envolvidos podem ganhar ou perder, mas em comunhão. A atuação da AMVAP, no enfoque que abrangemos, mostra-se, através de suas atas, que

⁵¹ Depoimento de Carlos Roberto Valim dos Reis, Secretário Executivo da AMVAP. Em 25/maio/01.

quando houve uma linguagem comum entre Associação e Município, efetivou-se projetos que possibilitaram aos seus filiados uma administração coerente, de ajuda mútua. Mas há, ainda, muito a conquistar, segundo o Secretário da entidade:

“na seqüência da vida da AMVAP diversos projetos foram discutidos, diversos projetos foram analisados e nem todos, evidentemente, conseguiu se levar adiante. Mas, em termos de atuação, a AMVAP tem se destacado muito, principalmente no cenário estadual, em relação aos projetos que ela desenvolve. E também a AMVAP tem um certo grau de conhecimento com relação até ao restante do país com algumas associações que ela mantém relacionamento. A AMVAP, na realidade, pela sua atuação, ela é uma instituição hoje muito respeitada principalmente, como eu disse, em Minas Gerais. O que eu gostaria de enfatizar é a questão da transformação cultural, que não acontece de um momento para outro. É um processo, e, sendo um processo, é demorado, mas todas as atividades associativas da AMVAP, ao longo desses anos todos, na realidade elas estão trazendo uma maturação muito grande para a Associação microrregional como entidade representativa dos municípios. O que nós temos verificado é que os municípios, durante esses anos todos e, a cada dia mais, tem procurado mais a Associação E o que é importante não em grau de dependência, mas em grau em que se vê na realidade a importância da Associação como instituição, tanto prestadora de serviços como instituição fomentadora de determinadas atividades Então, na realidade, é difícil você separar um tempo pra fazer uma análise, mas a interpretação que nós podemos fazer é que a longo dessa história, na realidade, a AMVAP, com projetos que deram certo, com projetos que não foram adiante, mas, de qualquer forma, isso tudo veio a contribuir para uma formação, para a elaboração de um ideal e dará consistência, inclusive, do que hoje é o associativismo, o associativismo na nossa região do Vale do Paranaíba como também associativismo em termos de Minas Gerais e em termos de Brasil.”⁵²

⁵² Idem.

Resta-nos, ainda, fazer alguns esclarecimentos: primeiro poderá ser questionado neste trabalho a visão, as expectativas dos prefeitos em relação à AMVAP. Quais serão, na verdade, as necessidades e vantagens para o município de se vincular a uma Associação? Ou, ainda, em quê aumenta a representatividade do município? A AMVAP atende, realmente, as necessidades administrativas do município como rege seu estatuto? E, segundo, a importância para os produtores rurais, a comunidade em geral, sobre os projetos desenvolvidos pela AMVAP, principalmente os ligados à saúde e à terra. Mas não foi esta a minha intenção. Primeiro, porque não houve tempo para trabalhar abrangendo focos mais distantes da pesquisa. E outra, porque pretendo dar espaço para que este trabalho possa ser continuado num momento em que se tornarem efetivos os resultados destes programas. Deixo, pois, abertas as questões.

Bibliografia

BLACK, Eugene Robert. **A Política do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1.962.

FONSECA, Annibal Freire da. **O Poder Executivo da República Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1.981.

POLETTI, Ronaldo. **Legislativo e Executivo**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1.981.

BOSCHI, Renato Raul, ed. (org). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1.983.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.982.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.982.

LEBRUN, Gérard. **O Que é Poder**. São Paulo: Brasiliense, 12ª. ed., 1.992.

LINDSAY, A. D. **O Estado Democrático Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1.964.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1.985.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.999.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. “Uberlândia – Há Serpentes no Paraíso”. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (orgs). **A Cidade em Debate**. São Paulo: Olho D’água, 1.999. pp. 181-209.

. **A Disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada (Uberlândia-1.965 a 1.980).** Dissertação de Mestrado, USP/SP – 1.990.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos.** São Paulo: Makron *Books*, 1.995.

NOVAIS, Fernando e MELLO, João Manuel Cardoso de. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1.998, pp. 559-658.

MELO, Marcus André B. C. de. “Municipalismo, *Nation-Building* e a Modernização do Estado no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº. 23, 1.993.

LAIDLAW, A.F. **As Cooperativas no ano 2.000.** 2ª. Edição. Belo Horizonte: OCEMG, 1.987.

Fontes

Livros de atas da AMVAP, CIS/AMVAP e CIS/PONTAL

Leis de reconhecimento de utilidade pública

Leis autorizativas que regulamentam a participação dos municípios na Associação e nos

Consórcios de Saúde

Estatutos da AMVAP, CIS/AMVAP e CIS/PONTAL

Regimento interno da Associação.

Relatórios anuais de atividades

Textos sobre o associativismo

Jornal Correio

Jornais informativos da entidade. Períodos de publicação:

- 1.987 – de setembro a dezembro
- 1.988 – de janeiro a agosto.
- 1.995 – maio, e a partir de setembro a novembro
- 1.999 – de agosto até hoje (julho/01)

Depoimentos de técnicos e funcionários da AMVAP

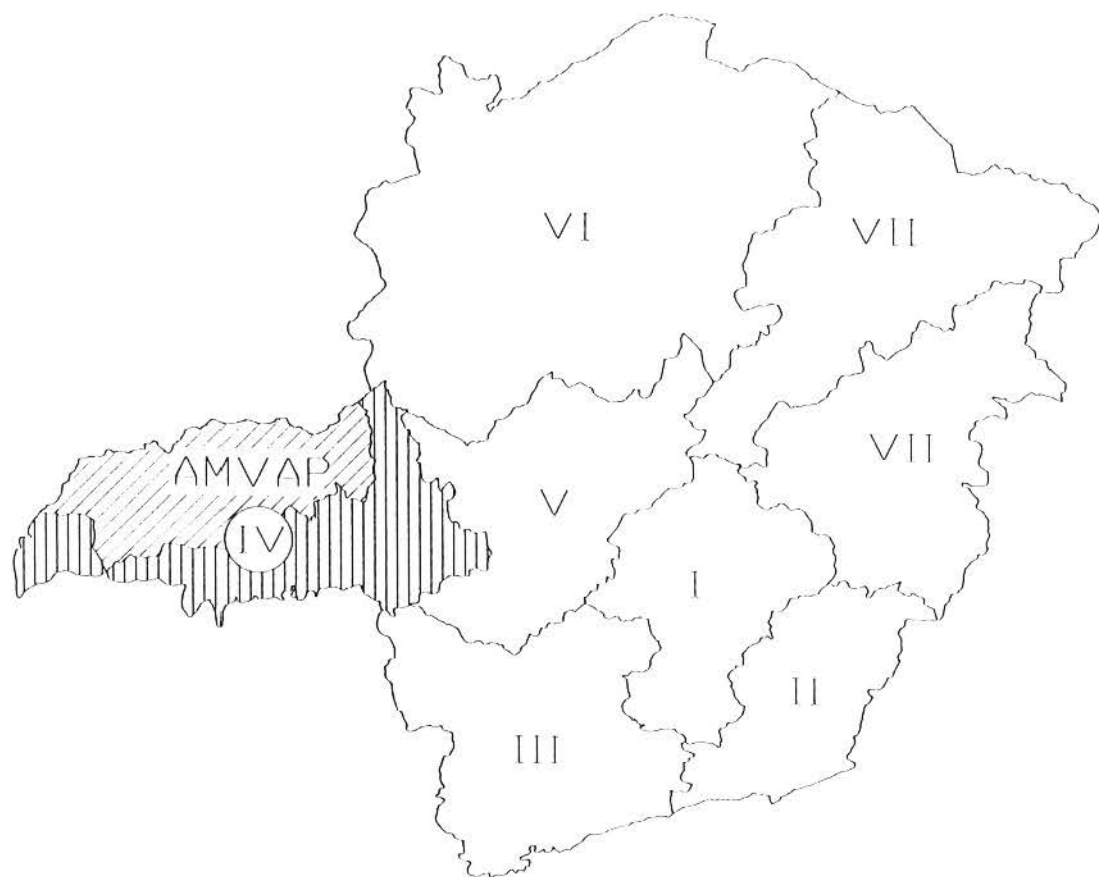
Diagnósticos de Assistência Farmacêutica

Acervo fotográfico da AMVAP.

Anexos

ANEXO I

MAPA DE MINAS GERAIS/2.000 – DIVISÃO FM REGIÕES

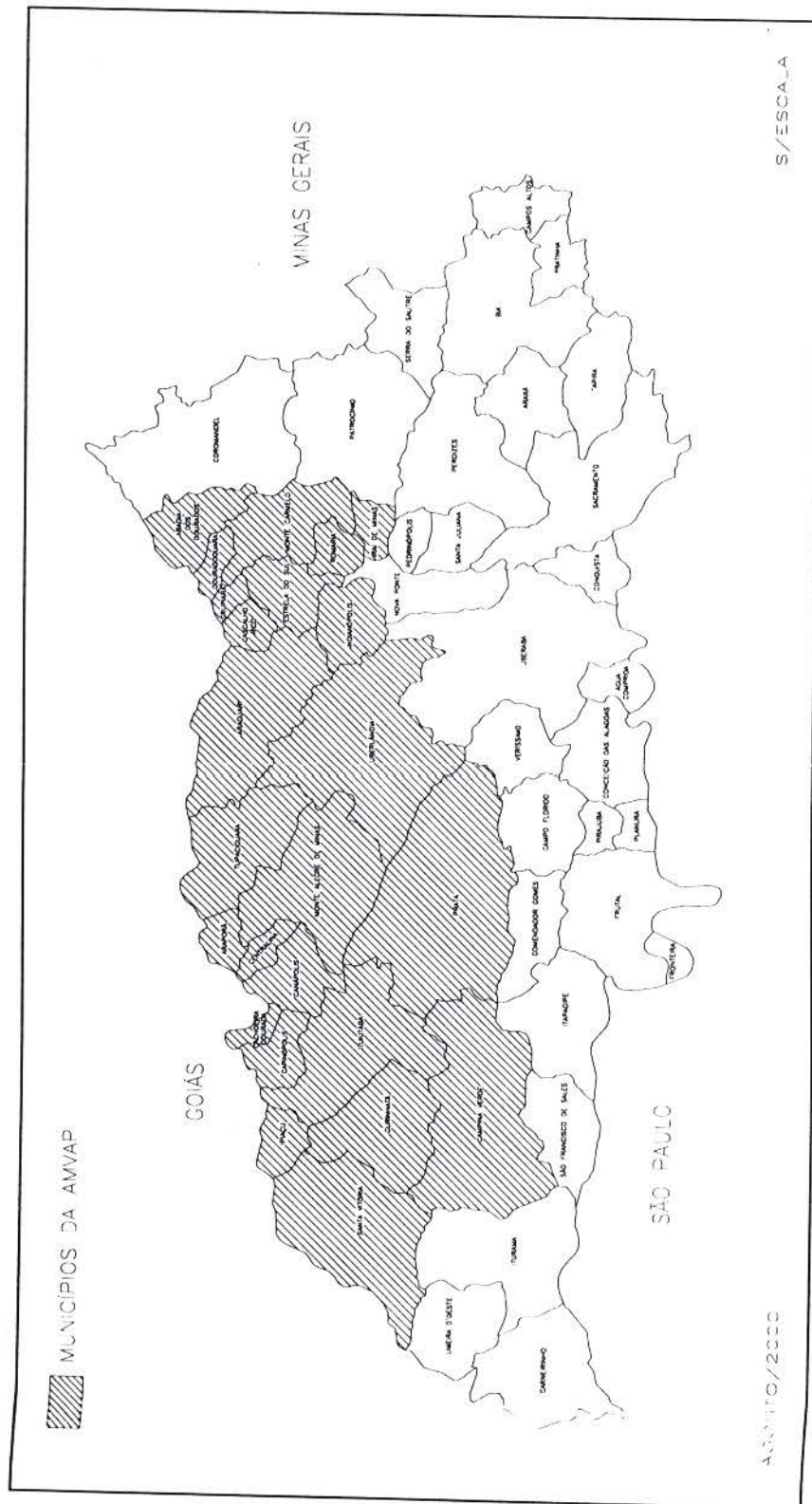


REGIÕES E CORRESPONDÊNCIA

- I – METALÚRGICA E PARTE DAS VERTENTES
- II – MATA
- III – SUL E PARTE DAS VERTENTES
- IV – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA
- V – ALTO SÃO FRANCISCO
- VI – PARACATU, MONTES CLAROS E ITACAMBIRA
- VII – VALE DO JEQUITINHONHA
- VIII – RIO DOCE E MUCURÍ
-  – AMVAP

MAPA DE MINAS GERAIS LOCALIZANDO OS MUNICÍPIOS FILIADOS À AMVAP

MAPA DE MINAS GERAIS LOCALIZANDO OS MUNICÍPIOS FILIADOS À AMVAP



ANEXO III

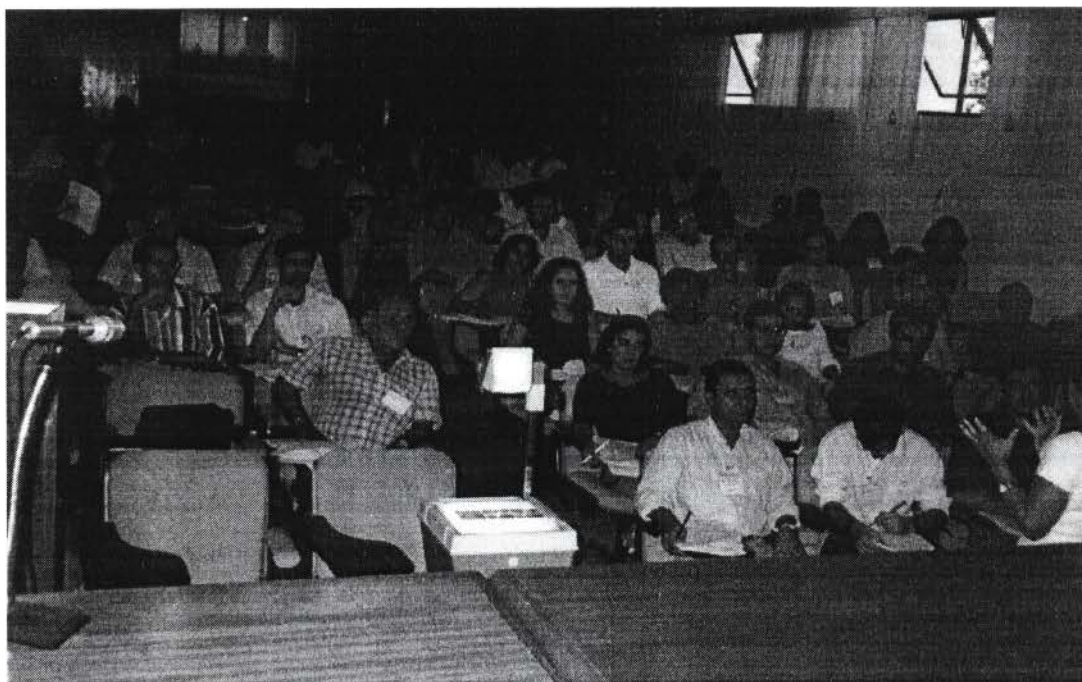
ENTREGA DE DOCUMENTO AO GOVERNADOR EDUARDO AZEREDO



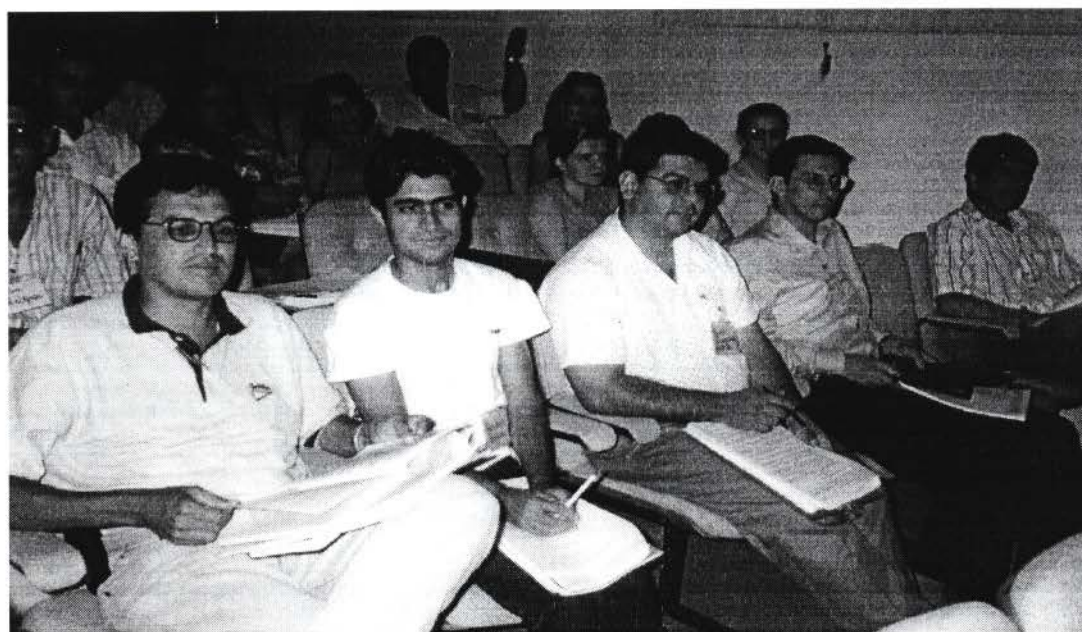
Fonte: Acervo fotográfico da AMVAP.

ANEXO IV

PALESTRAS E CURSOS OFERECIDOS PELA AMVAP



Curso de Execução Orçamentária. AMVAP, 16/jan/01.

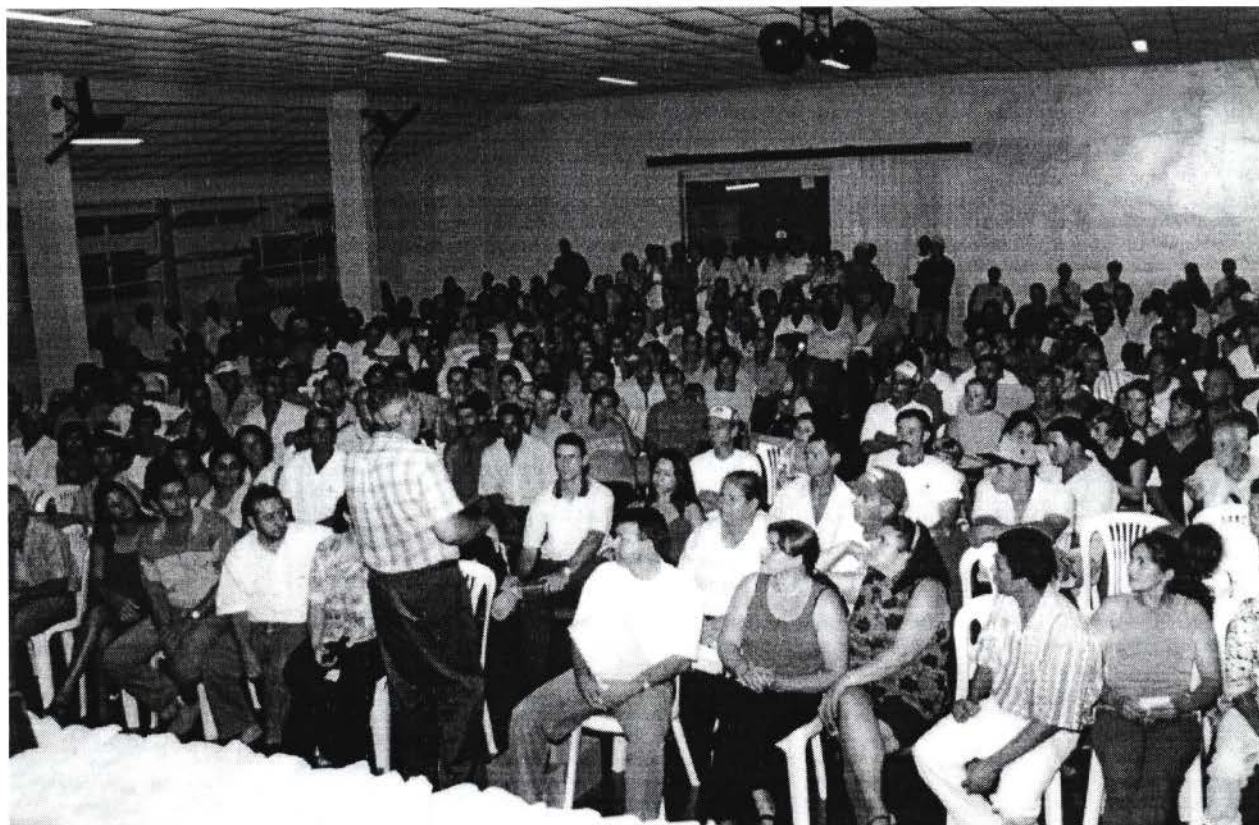


Curso de Licitações e Contratos. AMVAP, 13/dez/00.

Fontes: Acervo fotográfico da AMVAP.

ANEXO V

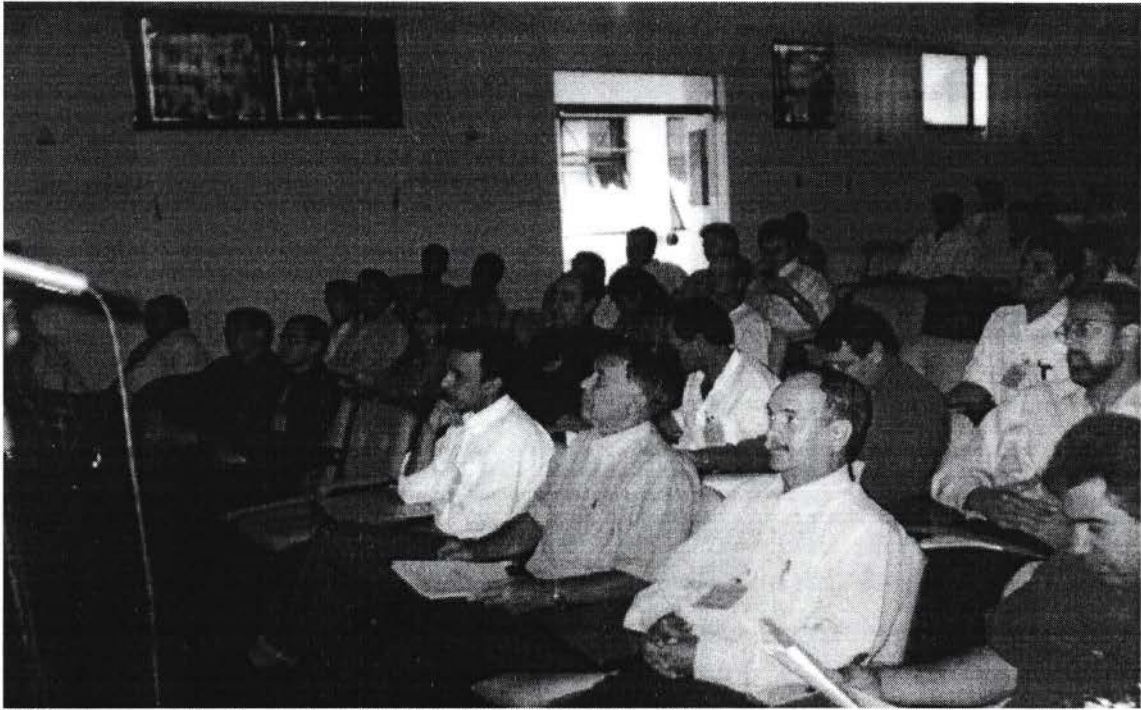
PALESTRA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO AMVAP/RURAL



Apresentação do Projeto AMVAP/RURAL no município de Capinópolis, em 01/abr/01.
Fonte: Acervo fotográfico da AMVAP.

ANEXO VI

ASSEMBLÉIA DA AMVAP



156ª. Assembléia Geral da AMVAP. AMVAP, 09/fev/01.
Fonte: Acervo fotográfico da AMVAP.

ANEXO VII

REUNIÃO COM OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE



Reunião com os Secretários Municipais de Saúde. AMVAP, 11/jan/01.
Fonte: Acervo fotográfico da AMVAP.

ANEXO VIII

PRESIDENTES DA AMVAP

1.982 – Fausto Fernandes de Melo	Ex-prefeito de Araguari
1.983 – Virgílio Galeno de Faria Alvim	Ex-prefeito de Monte Alegre de Minas
1.984 – Zaire Rezende	Ex-prefeito de Uberlândia
1.985 – Neiton de Paiva Neves	Ex-prefeito de Araguari
1.986 – Enodes de Oliveira	Ex-prefeito de Tupaciguara
1.987 – Ajalmar José da Silva	Ex-prefeito de Monte Carmelo
1.988 – Romel Anísio Jorge	Ex-prefeito de Ituiutaba
1.989 – Eurípedes Lima Andreani	Ex-prefeito de Monte Alegre de Minas
1.990 – Aldo de Souza Filho	Ex-prefeito de Monte Carmelo
1.991 – Cândido Antônio Vaz	Ex-prefeito de Capinópolis
1.992 – Gilberto Aparecido Severino e Joédís Marques Ferreira	Ex-prefeito de Ituiutaba Ex-prefeito de Centralina
1.993 – Haroldo José de Almeida	Ex-prefeito de Estrela do Sul
1.994 – João Batista Arantes da Silva	Ex-prefeito de Ituiutaba
1.995 – Roberto Ricardo de Souza	Ex-prefeito de Grupiara
1.996 – Ibrahim Bechara Younes	Ex-prefeito de Capinópolis
1.997 – Último Bitencourt de Freitas	Ex-prefeito de Canápolis
1.998 – Saulo Faleiros Cardoso	Ex-prefeito de Monte Carmelo
1.999 – Públio Chaves	Ex-prefeito de Ituiutaba
2.000 - Pedro Antônio Alberton e Sílvio Marques Pedrosa	Ex-prefeito de Iraí de Minas Ex-prefeito de Douradoquara
2.001- João Corrêa Rabelo	Prefeito de Douradoquara